

# CARTA SOCIAL

*Rede de Serviços e Equipamentos*

**Relatório 2022**

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



® **Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)**

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

***CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2022***

**Coordenação: GEP/MTSSS**

**Colaboração:** ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSSS) e CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSSS)

**Email: [cartasocial@gep.mtsss.pt](mailto:cartasocial@gep.mtsss.pt)**

**Página: [www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt); [www.gep.mtsss.gov.pt](http://www.gep.mtsss.gov.pt)**

**ISBN: 978-972-704-488-7**

Título: CARTA SOCIAL - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2022

Autor: GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

Suporte: Digital (PDF)

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor por GEP/MTSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Lisboa, junho de 2024

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

# CARTA SOCIAL

*Rede de Serviços e Equipamentos*

**Relatório 2022**



## Índice

<b>1. Nota introdutória.....</b>	<b>11</b>
<b>2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1. Entidades Proprietárias.....</b>	<b>12</b>
2.1.1. Entidades Proprietárias: Lucrativas e não lucrativas.....	12
2.1.2. Distribuição territorial.....	13
<b>2.2. Equipamentos Sociais.....</b>	<b>15</b>
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas.....	15
2.2.2. Distribuição territorial.....	16
2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados.....	17
<b>2.3. Respostas Sociais.....</b>	<b>19</b>
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo.....	19
2.3.2. Evolução da capacidade instalada e do número de utentes.....	20
2.3.3. Distribuição territorial.....	21
2.3.4. Respostas sociais novas.....	22
<b>3. Respostas sociais por população-alvo.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Crianças e Jovens.....</b>	<b>24</b>
3.1.1. Número de respostas sociais.....	24
3.1.2. Capacidade.....	26
3.1.3. Distribuição territorial.....	27
3.1.4. A resposta social Ama.....	29
3.1.5. Taxa de cobertura.....	30
3.1.6. Taxa de utilização.....	32
3.1.7. Funcionamento.....	34
3.1.8. Caracterização dos utentes.....	37
3.1.9. A resposta social Educação Pré-Escolar.....	38
<b>3.2 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.....</b>	<b>40</b>
3.2.1. Número de respostas sociais.....	40
3.2.2. Capacidade.....	41
3.2.3. Distribuição territorial.....	42
3.2.4. Taxa de cobertura.....	43
3.2.5. Taxa de utilização.....	44
3.2.6. Funcionamento.....	45
3.2.7. Caracterização dos utentes.....	47

<b>3.3</b>	<b>Pessoas Idosas .....</b>	<b>50</b>
3.3.1.	Número de respostas sociais.....	50
3.3.2.	Capacidade .....	51
3.3.3.	Distribuição territorial .....	52
3.3.4.	Taxa de cobertura .....	53
3.3.5.	Taxa de utilização.....	55
3.3.6.	Funcionamento .....	56
3.3.7.	Caraterização dos utentes .....	57
<b>3.4</b>	<b>Família e Comunidade .....</b>	<b>61</b>
3.4.1.	Número de respostas sociais.....	61
3.4.2.	Capacidade .....	62
3.4.3.	Distribuição territorial .....	63
3.4.4.	Taxa de utilização.....	63
3.4.5.	A resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar .....	64
3.4.6.	A resposta social Acolhimento Familiar .....	65
<b>3.5</b>	<b>Pessoas com Comportamentos Aditivos.....</b>	<b>67</b>
3.5.1.	Número de respostas sociais.....	67
3.5.2.	Capacidade .....	67
3.5.3.	Distribuição territorial .....	68
3.5.4.	Taxa de utilização.....	68
<b>3.6</b>	<b>Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias .....</b>	<b>69</b>
3.6.1.	Número de respostas sociais.....	69
3.6.2.	Capacidade .....	69
3.6.3.	Distribuição territorial .....	70
3.6.4.	Taxa de utilização.....	70
<b>3.7</b>	<b>Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico .....</b>	<b>71</b>
3.7.1.	Respostas sociais .....	71
3.7.2.	Capacidade .....	72
3.7.3.	Distribuição territorial .....	72
3.7.4.	Taxa de utilização.....	73
<b>3.8</b>	<b>Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados .....</b>	<b>74</b>
<b>4.</b>	<b>Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: O esforço público.....</b>	<b>76</b>
4.1.	Despesa de funcionamento .....	76
4.2.	Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação .....	77
	<b>Nomenclaturas e Conceitos.....</b>	<b>81</b>

## Índice de figuras

Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2022 <sup>1</sup> .....	12
Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2022 .....	13
Figura 3 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por NUTS II, segundo a natureza jurídica – 2022 .....	13
Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por distrito – 2022.....	14
Figura 5 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por concelho – 2022.....	14
Figura 6 – Evolução do número de equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2022.....	15
Figura 7 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2022 .....	15
Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais por NUTS II, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária – 2022 .....	16
Figura 9 – Distribuição dos equipamentos sociais por distrito (A) e concelho (B) – 2022.....	16
Figura 10 – Evolução da distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2022.....	17
Figura 11 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos (A) e de equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2022.....	17
Figura 12 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2022 .....	18
Figura 13 – Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2022.....	19
Figura 14 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2022 .....	19
Figura 15 – Evolução da capacidade e do número de utentes, Continente – 2000-2022 .....	20
Figura 16 – Distribuição percentual da capacidade das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2022.....	20
Figura 17 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo e distrito – 2022 .....	21
Figura 18 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II – 2022.....	21
Figura 19 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2022 .....	22
Figura 20 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2022.....	22
Figura 21 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2022 .....	23
Figura 22 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2022 .....	23
Figura 23 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2022 <sup>1</sup> .....	24
Figura 24 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2022 <sup>1</sup> .....	25
Figura 25 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2022.....	25
Figura 26 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2022 <sup>1</sup> .....	26
Figura 27 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes participados na resposta social Creche, Continente – 2000-2022 <sup>1</sup> .....	26
Figura 28 – Distribuição percentual da capacidade por sala na resposta social Creche, Continente – 2022.....	27
Figura 29 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2022.....	27
Figura 30 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2022.....	27
Figura 31 – Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2022.....	28
Figura 32 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2022 <sup>1</sup> .....	30
Figura 33 – Evolução do número de crianças dos 0 aos < 3 anos, do número de utentes e da capacidade em Creche, Continente – 2000-2022 <sup>1</sup> .....	30
Figura 34 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância por concelho (A) e em territórios de baixa densidade por concelho (B) – 2022.....	31
Figura 35 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2022 <sup>1</sup> .....	32

Figura 36 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2022 <sup>1</sup> .....	32
Figura 37 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, por distrito e concelho – 2022.....	33
Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2022 .....	34
Figura 39 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2022 .....	34
Figura 40 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2022.....	35
Figura 41 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2022 .....	35
Figura 42 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2022.....	35
Figura 43 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2022 .....	36
Figura 44 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2022.....	36
Figura 45 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2022.....	36
Figura 46 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2022 .....	36
Figura 47 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2022 .....	37
Figura 48 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2022.....	40
Figura 49 – Evolução do número de respostas sociais CACI e Lar Residencial, Continente – 2000-2022 .....	40
Figura 50 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2022.....	41
Figura 51 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes participados na resposta social CACI, Continente – 2000-2022.....	41
Figura 52 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2022 .....	42
Figura 53 – Distribuição territorial da resposta social CACI, por distrito – 2022.....	42
Figura 54 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2022 .....	43
Figura 55 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2022 .....	43
Figura 56 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2022 .....	44
Figura 57 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2022 .....	44
Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas c/Deficiência ou Incapacidade, por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2022 .....	45
Figura 59 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas c/Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2022.....	45
Figura 60 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2022 .....	45
Figura 61 – Distribuição percentual dos CACI por horário de abertura, Continente – 2022 .....	46
Figura 62 – Distribuição percentual dos CACI por horário de encerramento, Continente – 2022.....	46
Figura 63 – Distribuição percentual dos CACI por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2022 .....	46
Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2022 .....	47
Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2022 .....	47

Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em CACI por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2022.....	48
Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2022.....	48
Figura 68 – Distribuição percentual dos utentes em CACI (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2022.....	49
Figura 69 – Distribuição percentual dos utentes em CACI com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2022.....	49
Figura 70 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2022.....	50
Figura 71 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2022.....	50
Figura 72 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2022.....	51
Figura 73 – Evolução da capacidade, do número de utentes e utentes comparticipados na resposta social SAD, Continente – 2000-2022.....	51
Figura 74 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2022.....	52
Figura 75 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2022.....	52
Figura 76 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2022.....	52
Figura 77 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2022 <sup>1</sup> .....	53
Figura 78 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por concelho (A) e em Territórios de Baixa Densidade por concelho (B) – 2022.....	54
Figura 79 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2022.....	55
Figura 80 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2022.....	55
Figura 81 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2022.....	56
Figura 82 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2022.....	56
Figura 83 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas com encerramento para férias, Continente – 2022.....	56
Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2022.....	57
Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2022.....	57
Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia (A), ERPI (B) e SAD (C) por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2022.....	58
Figura 87 – Distribuição percentual dos utentes em SAD (A) e em ERPI (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2022.....	59
Figura 88 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2022.....	60
Figura 89 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2022.....	60
Figura 90 – Evolução de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2022.....	61
Figura 91 – Evolução da capacidade de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2022.....	62
Figura 92 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2022.....	63
Figura 93 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2010-2022.....	63
Figura 94 – Distribuição da resposta social Família de Acolhimento por distrito – 2022.....	66
Figura 95 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2022.....	66
Figura 96 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2022.....	66

Figura 97 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Continente –2000-2022 .....	67
Figura 98 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Continente – 2000-2022 .....	67
Figura 99 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Distrito – 2022 .....	68
Figura 100 – Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2010-2022 .....	68
Figura 101 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2022 .....	69
Figura 102 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2022 .....	69
Figura 103 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2022.....	70
Figura 104 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2010-2022 .....	70
Figura 105 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2022 .....	71
Figura 106 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2022 .....	72
Figura 107 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2022 .....	72
Figura 108 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2022 .....	73
Figura 109 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2022 .....	76
Figura 110 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2022 .....	76
Figura 111 – Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2022 .....	76
Figura 112 – Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2022 .....	78

## 1. Nota introdutória

A **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES)**, enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, concretiza-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis. A RSES tem um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A **Carta Social (CS)** – ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES – apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

A atualização da informação da CS é realizada por via eletrónica, anualmente, pelas entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, entidades com a resposta social Educação Pré-Escolar, desde 2015, entidades com respostas da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), desde 2019, e entidades com atividade de distribuição de Ajuda Alimentar desenvolvida no âmbito do Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), desde 2020, possibilitando que as referidas entidades acedam a uma plataforma informática, através da *internet*, que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, apresenta menos encargos financeiros. Paralelamente, é também considerada informação proveniente de outros serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), designadamente o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP), o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS, IP) e POAPMC, que vem complementar a informação atualizada pelas entidades.

O presente relatório, que tem por base a informação obtida por referência a **31 de dezembro de 2022**, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES no território continental, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento.

## 2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

### 2.1 Entidades Proprietárias

No âmbito da RSES, é considerada **entidade proprietária** qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

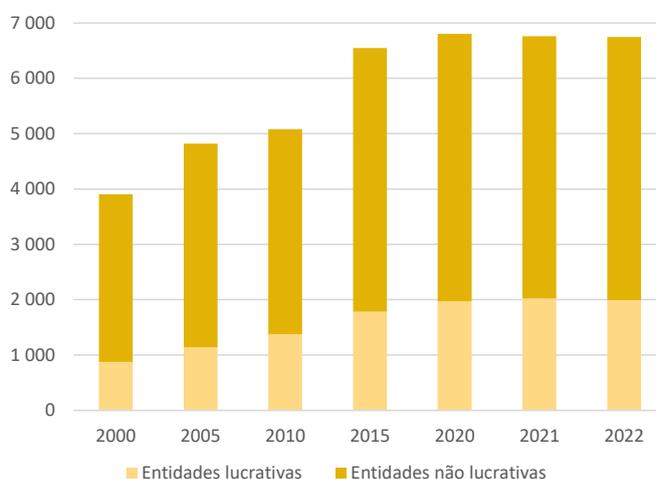
#### 2.1.1. Entidades Proprietárias: Lucrativas e não lucrativas

As entidades proprietárias de equipamentos sociais, no contexto da análise deste Relatório, são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As **entidades lucrativas** congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as **entidades não lucrativas** compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as entidades oficiais da rede pública, que prosseguem fins de ação social, os serviços sociais de empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Entre 2000 e 2022, o número de entidades proprietárias de equipamentos sociais apresentou um crescimento de 72,9 %, mantendo-se significativo o peso relativo das entidades não lucrativas (70,4 %), à semelhança do ano anterior.

Em 2022, por referência a 31 de dezembro, o universo de entidades<sup>1</sup> era de 6746.

Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2022<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Nota: <sup>1</sup>Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizadas apenas as entidades com equipamentos sociais)

<sup>1</sup> O universo engloba todas as entidades incluídas na RSES, entidades com a resposta social Educação Pré-Escolar, integradas na CS em 2015, entidades com unidades e/ou equipas que compõem a RNCCI, integradas na CS em 2019, e entidades que desenvolvem a resposta de Ajuda Alimentar no âmbito do POAPMC, integradas na CS em 2020.

**Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2022**


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.1.2. Distribuição territorial

Do total de entidades com equipamentos sociais em funcionamento no Continente, em 2022, cerca de 87 % situava-se nas regiões Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa (AML). Na região Norte, encontravam-se 30,2 % dos equipamentos, seguindo-se a região Centro com 28,6 % e a AML com 27,8 %.

A análise por natureza jurídica das entidades, revela que as entidades não lucrativas tinham um maior peso relativo nas regiões Norte e Centro, representando, aproximadamente 65,0 % do total, enquanto as entidades lucrativas tinham uma presença mais acentuada na AML, representando 46,4 % do universo de entidades lucrativas.

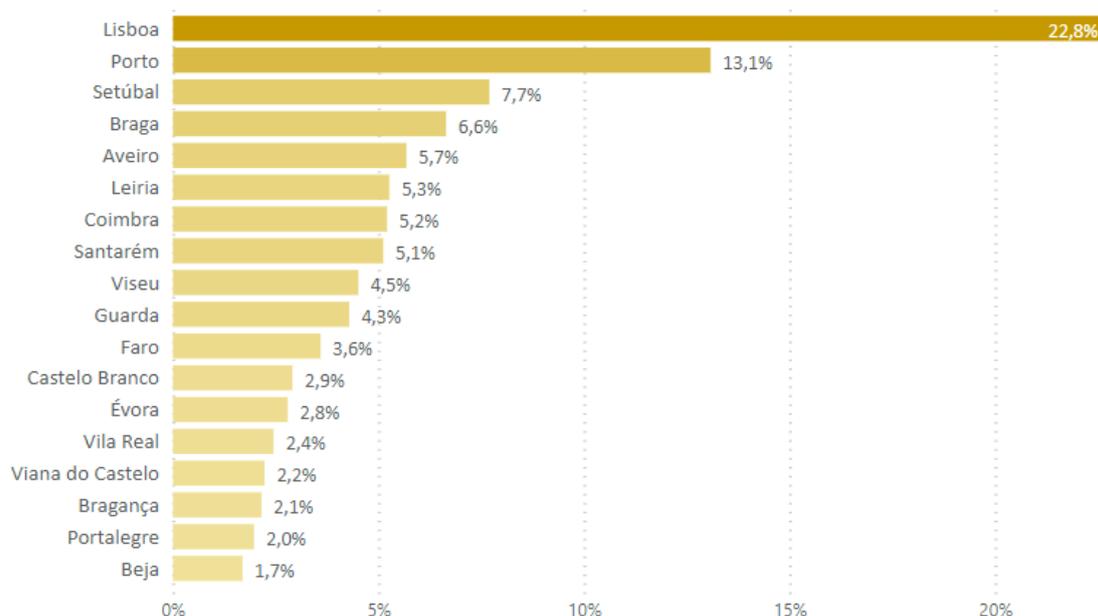
**Figura 3 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por NUTS II, segundo a natureza jurídica – 2022**

NUTS II	Total (%)	Entidades lucrativas (%)	Entidades não lucrativas (%)
Norte	30,2	24,0	32,8
Centro	28,6	20,3	32,1
Área Metropolitana de Lisboa	27,8	46,4	19,9
Alentejo	9,8	5,6	11,6
Algarve	3,6	3,7	3,6
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Os distritos de Lisboa e Porto apresentavam o maior número de entidades proprietárias de equipamentos sociais, reunindo, em conjunto, 35,9 % do total.

Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por distrito – 2022

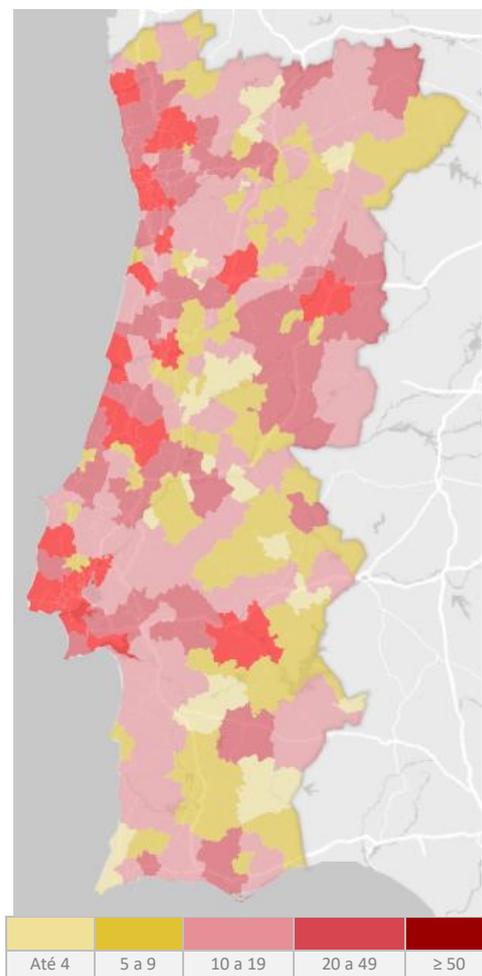


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível concelhio, embora não se identifique um padrão claro de distribuição, verifica-se uma maior concentração de entidades proprietárias de equipamentos de apoio social nos municípios ao longo da faixa litoral, com destaque para a AML e a Área Metropolitana de Porto (AMP).

Em 2022, dos 278 concelhos do Continente, 174 (62,6 %) detinham 10 ou mais entidades proprietárias de equipamentos de apoio social.

Figura 5 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por concelho – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## 2.2 Equipamentos Sociais

No contexto da análise deste Relatório é considerado **equipamento social**, ou equipamento de apoio social, toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas<sup>2</sup>.

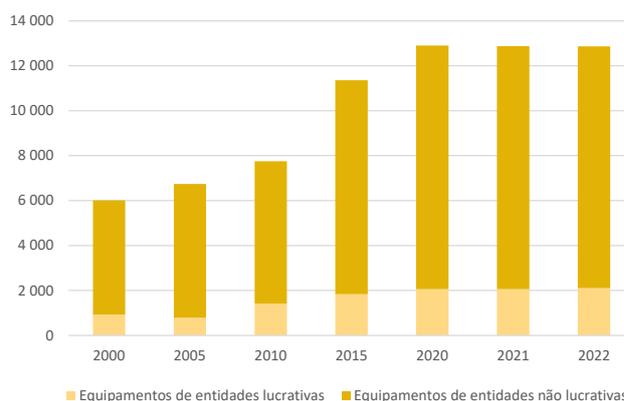
### 2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

O número de equipamentos sociais em funcionamento registou, no período 2000-2022, um crescimento de 114,0 %, embora desde 2020 se observe uma estabilização do número de equipamentos.

Em 2022, contabilizaram-se 12 866 equipamentos sociais em funcionamento, dos quais 83,6 % eram propriedade de entidades não lucrativas, designadamente da rede social-solidária, refletindo a influência desta rede no apoio social às populações.

A proporção de equipamentos de entidades não lucrativas *versus* equipamentos de entidades lucrativas era, em 2022, de cinco para um.

Figura 6 – Evolução do número de equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 7 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>2</sup> Na presente análise o conceito de equipamento social é alargado, igualmente, a todas as estruturas físicas onde se desenvolve a resposta de Educação Pré-escolar, a todas as estruturas onde funcionam ou servem de suporte a unidades ou equipas de cuidados continuados integrados, assim como no âmbito da resposta de Ajuda Alimentar do POAPMC.

### 2.2.2. Distribuição territorial

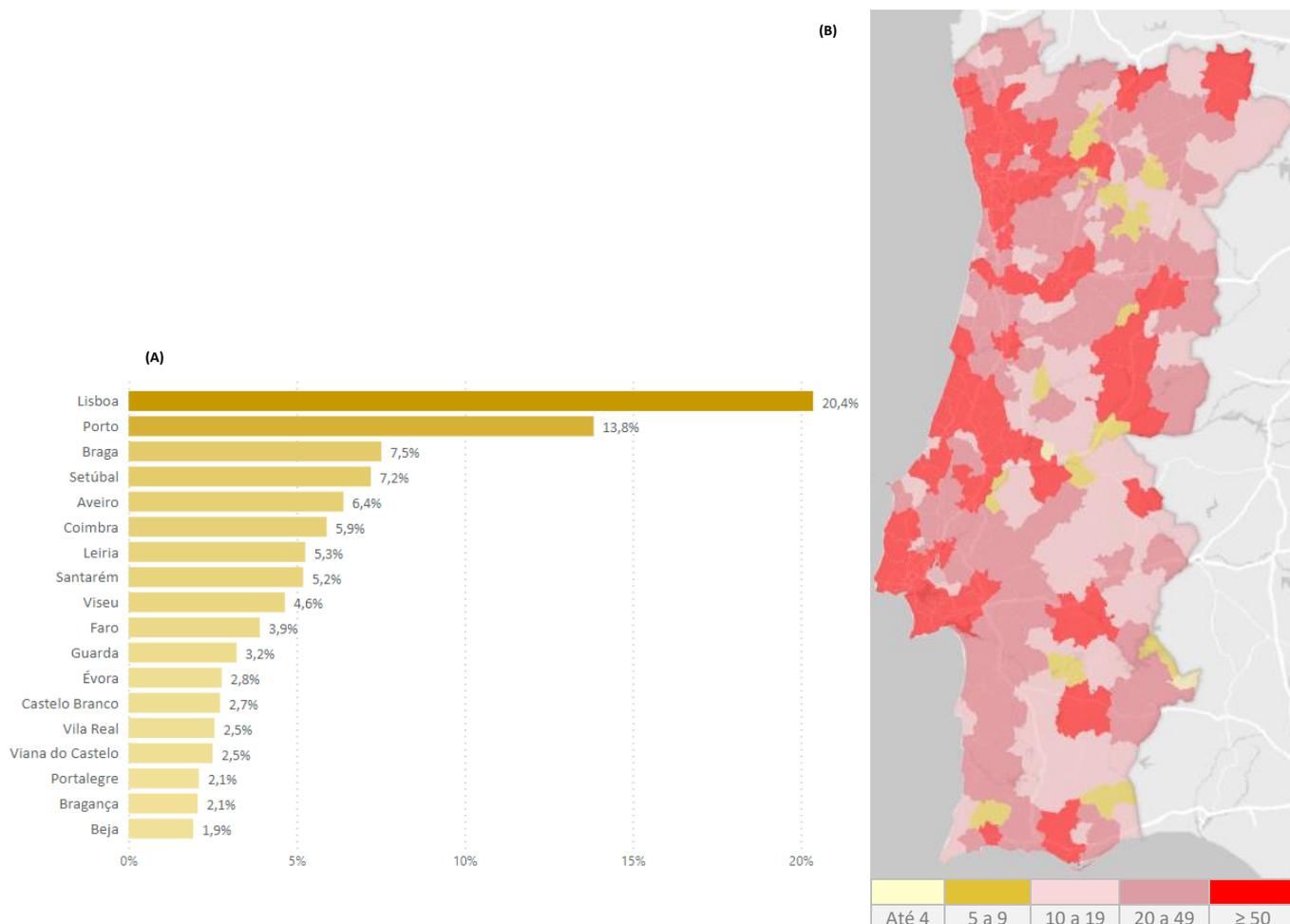
À semelhança das entidades proprietárias, 85,8 % dos equipamentos, em 2022, concentravam-se nas regiões Norte, Centro e AML. A região Norte apresentava, em 2022, a maior proporção do total de equipamentos sociais (32,4 %), assim como de equipamentos de entidades não lucrativas (34,1 %), enquanto a AML registava a maior proporção de equipamentos de entidades lucrativas (46,6 %).

Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais por NUTS II, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária – 2022

NUTS II	Total (%)	Equipamentos de entidades lucrativas (%)	Equipamentos de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,4	23,6	34,1
Centro	28,8	20,5	30,5
Área Metropolitana de Lisboa	24,6	46,6	20,3
Alentejo	10,3	5,6	11,2
Algarve	3,9	3,7	3,9
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 9 – Distribuição dos equipamentos sociais por distrito (A) e concelho (B) – 2022



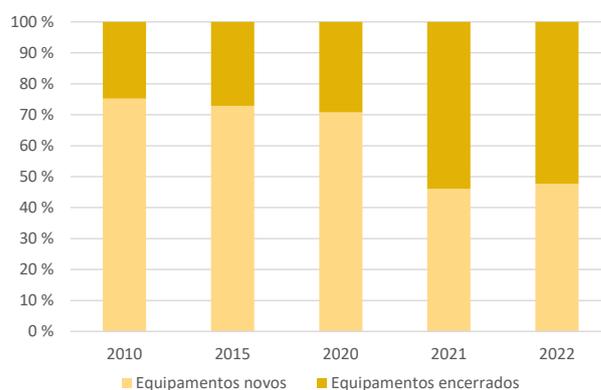
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial dos equipamentos sociais indica uma disseminação destas infra-estruturas por todo o Continente, sendo notória uma maior densificação ao longo da faixa litoral do território. Em 2022, os distritos de Lisboa e Porto registaram o maior peso relativo de equipamentos em funcionamento, reunindo, em conjunto, 34,2 % do total. A nível concelhio, 169 (61,0 %) dos 278 municípios do Continente, dispunha de vinte ou mais equipamentos.

### 2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados<sup>3</sup>

O número de equipamentos sociais que entraram em funcionamento e o número dos equipamentos que encerraram registaram, no período 2010-2022, alguma variação. Se até 2020, a proporção de equipamentos novos superava a dos equipamentos encerrados, desde 2021 esta proporção tem revelado um maior equilíbrio, podendo refletir, entre outros motivos, um maior acompanhamento e fiscalização por parte dos serviços competentes da Segurança Social.

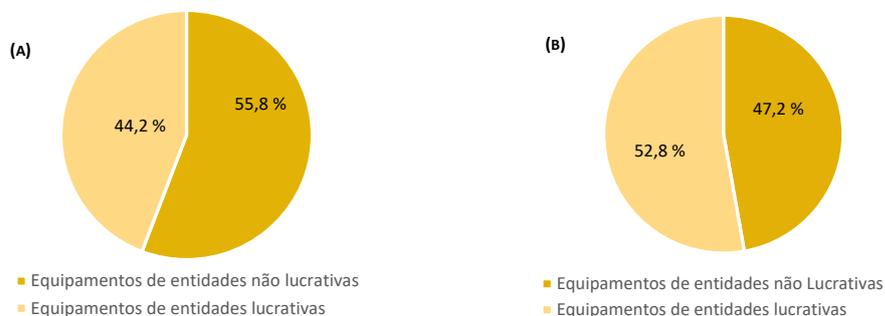
Figura 10 – Evolução da distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2022, do universo de equipamentos novos e encerrados, os equipamentos que entraram em funcionamento representavam 47,7 % face aos 52,3 % de encerrados.

Figura 11 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos (A) e de equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2022



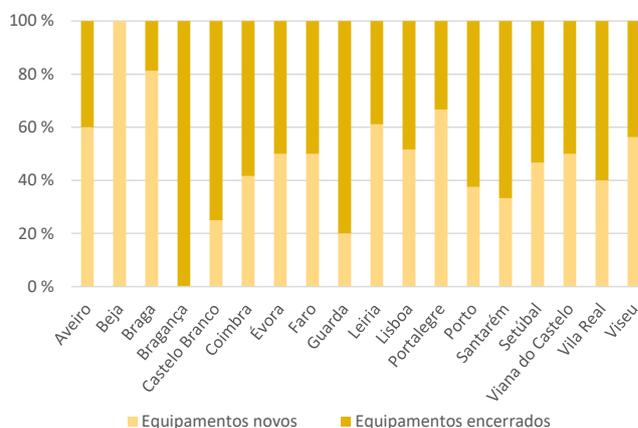
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>3</sup> Consideram-se equipamentos sociais novos e equipamentos sociais encerrados os equipamentos que entraram em funcionamento e cessaram atividade no ano em análise, respetivamente.

Do total de equipamentos sociais que iniciaram a sua atividade em 2022, 55,8 % eram equipamentos de entidades não lucrativas. Relativamente aos equipamentos que encerraram, 52,8 % pertenciam a entidades lucrativas.

A nível territorial, os distritos de Aveiro, Beja, Braga, Leiria, Lisboa, Portalegre e Viseu apresentaram uma variação positiva entre o número de equipamentos novos e o número de equipamentos encerrados, em 2022.

**Figura 12 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## 2.3 Respostas Sociais

No âmbito desta análise consideram-se **respostas sociais**<sup>4</sup> o conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos, ou a partir destes, vocacionadas para o apoio a pessoas e/ou famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) **Crianças e Jovens**; (2) **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade**; (3) **Pessoas Idosas** e (4) **Pessoas com outras problemáticas**, no âmbito da **Família e Comunidade**.

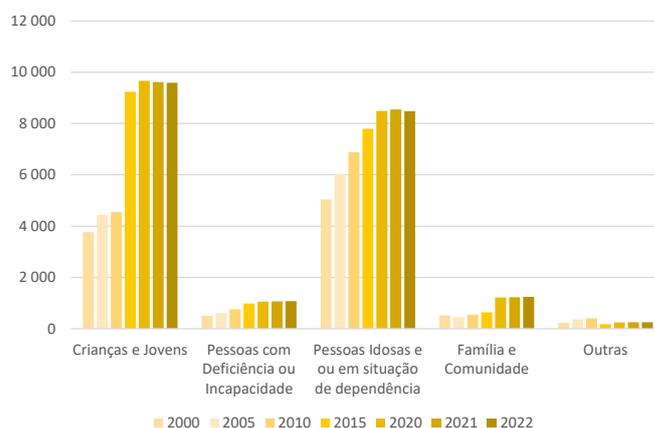
### 2.3.1. Respostas sociais por população-alvo

O número total de respostas sociais que integravam a Carta Social, e que compunham a RSES, apresentou um crescimento de 105,3 %, entre 2000 e 2022.

No ano de 2022, as respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens (46,5 %) e a Pessoas Idosas e/ou Situação de Dependência (41,1 %) concentravam 87,6 % do total de respostas em funcionamento.

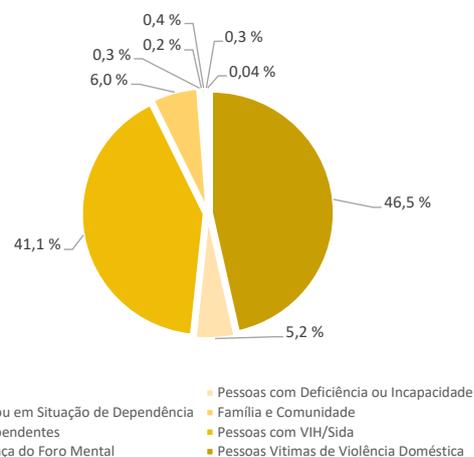
As respostas sociais que visam o apoio à Família e Comunidade, embora representassem apenas 6,0 % do total, foram as que registaram um maior aumento (1,1 p.p.) em 2022, por comparação a 2021. É de salientar, que desde 2020, ano em que a resposta de Ajuda Alimentar do POAPMC foi integrada na Carta Social, esta área de intervenção apresenta-se como a terceira área com maior número de respostas na RSES.

Figura 13 – Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 14 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>4</sup> Na análise do presente Relatório, o conceito de *resposta social* é alargado à Educação Pré-escolar, às unidades e equipas de cuidados continuados integrados que integram a RNCCI, assim como à resposta de Ajuda Alimentar no âmbito do POAPMC.

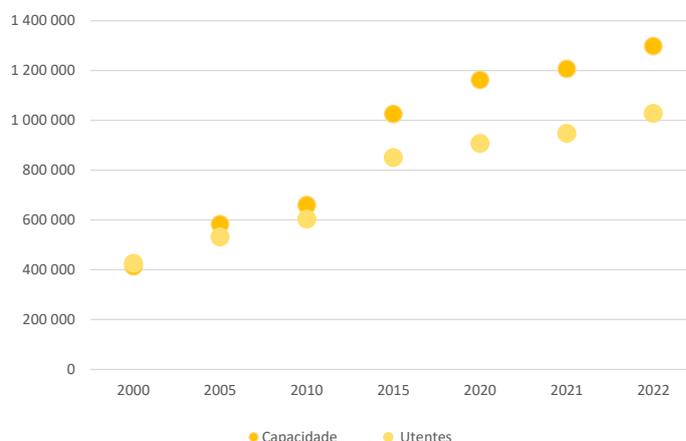
### 2.3.2. Evolução da capacidade instalada e do número de utentes

O universo de respostas sociais que integrava a Carta Social, em 2022, alcançou cerca de 1 298 000 lugares<sup>5</sup>, o que traduz uma variação de 7,6 % relativamente a 2021. Os utentes que usufruíam das respostas, em 2022, eram cerca de 1 027 600 utentes, refletindo um aumento de 8,5 %.

As respostas dirigidas às Crianças e Jovens e às Pessoas Idosas e/ou Situação de Dependência concentravam 64,9 % da capacidade total da RSES, concretamente 841 754 lugares.

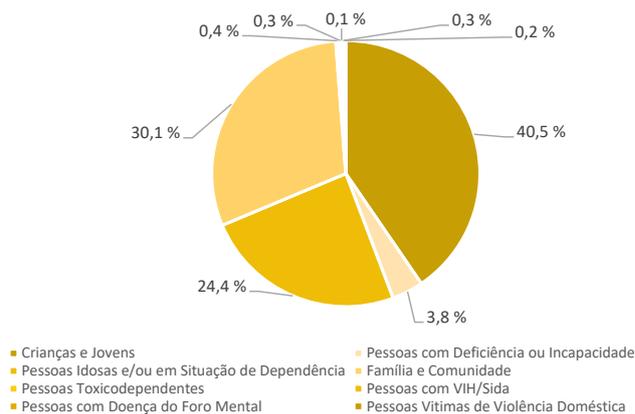
De referir, ainda, que a capacidade de apoio das respostas destinadas à Família e Comunidade, que inclui o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e a Ajuda Alimentar, entre outras respostas, beneficiou mais de 391 000 pessoas, em 2022, consistindo em termos de capacidade de resposta na segunda área de intervenção na RSES.

Figura 15 – Evolução da capacidade e do número de utentes, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 16 – Distribuição percentual da capacidade das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2022

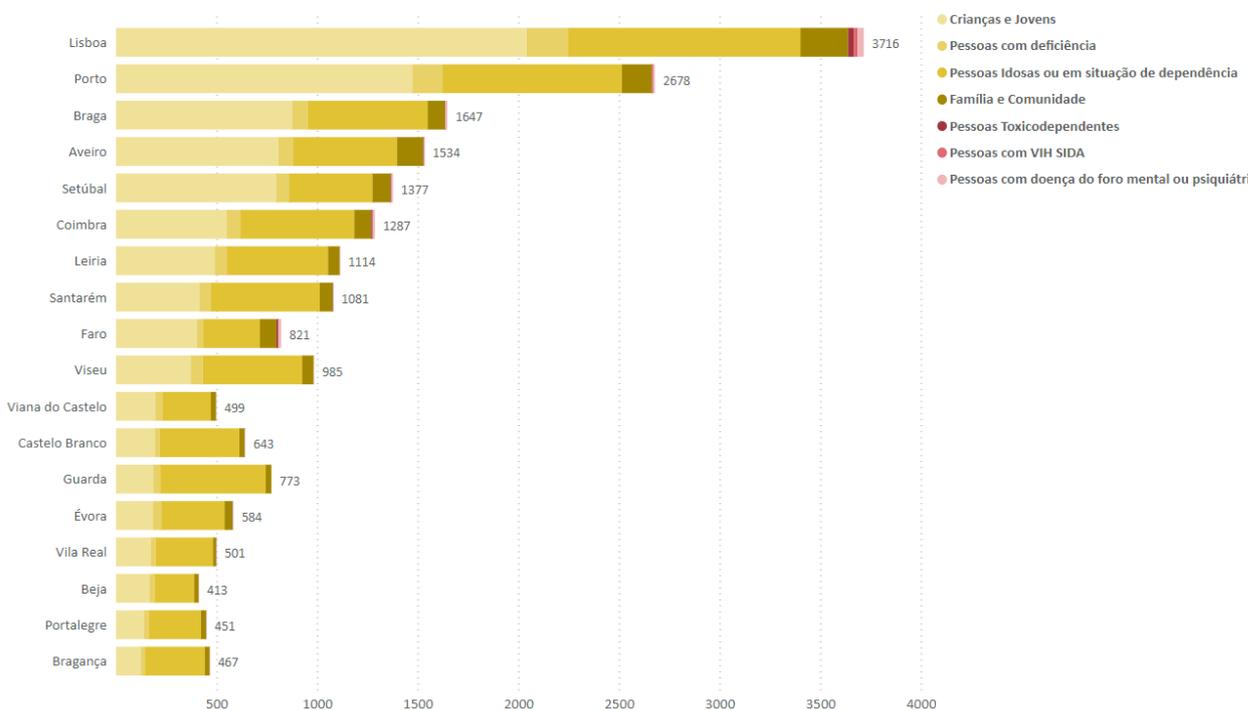


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>5</sup> Este valor inclui o número de lugares nas respostas de Educação Pré-Escolar, Unidades e Equipas de Cuidados Continuados integradas e Ajuda Alimentar registados na CS, para além das restantes respostas que integram a RSES.

### 2.3.3. Distribuição territorial

Figura 17 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo e distrito – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial das respostas sociais, em 2022, revelava a disseminação de respostas dirigidas às diferentes populações-alvo por todo o território continental. Se os distritos de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Setúbal e Faro registavam o número mais elevado de respostas destinadas a Crianças e Jovens, nos restantes distritos prevalecia um maior número de respostas direcionadas para o apoio às Pessoas Idosas e/ou em Situação de Dependência.

Figura 18 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II – 2022

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (%)	Pessoas Idosas e/ou em Situação de Dependência (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	34,0	33,1	31,5	30,6	21,8
Centro	26,6	29,2	36,7	29,3	19,4
Área Metropolitana de Lisboa	26,8	23,0	15,4	22,2	42,1
Alentejo	8,4	11,8	13,0	11,1	6,8
Algarve	4,2	2,9	3,4	6,8	9,9
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

No ano de 2022, mais de 80,0 % das respostas sociais dirigidas às diferentes populações-alvo encontrava-se nas regiões Norte, Centro e AML. A região Norte apresentava um peso relativo superior de respostas dirigidas a Crianças e Jovens (34,0 %), a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (33,1 %) e à Família e Comunidade (30,6 %), enquanto a região Centro concentrava mais de 1/3 da oferta de apoio a Pessoas Idosas e/ou em Situação

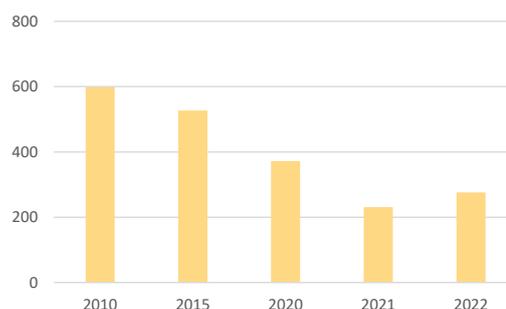
de Dependência. A oferta de respostas dirigidas a grupos específicos, designadamente Pessoas com Doença do Foro Mental, Comportamentos Aditivos e com VIH/SIDA, em 2022, continuava a ser superior na AML.

#### 2.3.4. Respostas sociais novas <sup>6</sup>

O número de respostas sociais que entraram em funcionamento em 2022, revelou alguma recuperação após uma tendência de decréscimo, resultado do dinamismo que caracteriza a RSES.

Das 276 respostas sociais que entraram em funcionamento, em 2022, 62,0 % eram propriedade de entidades não lucrativas, destacando-se o papel das entidades da rede solidária.

Figura 19 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 20 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2022



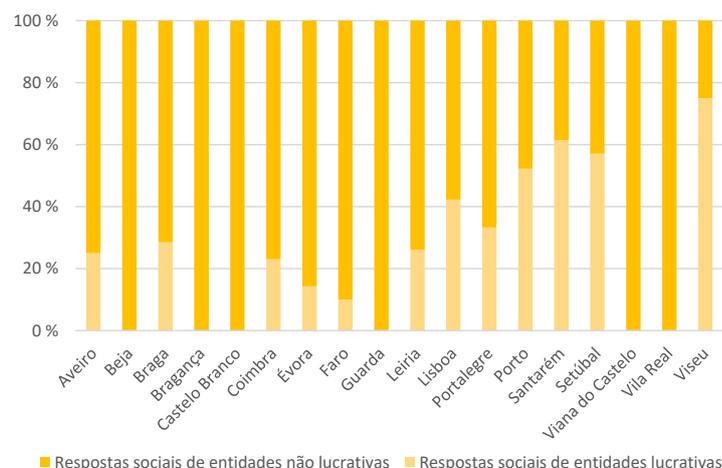
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>6</sup> Consideram-se respostas sociais novas as respostas que entraram em funcionamento no ano de 2022.

A criação de novas respostas sociais por parte de entidades não lucrativas foi preponderante na maioria dos distritos, à exceção do Porto, Santarém, Setúbal e Viseu em que se registou um maior peso de novas respostas propriedade de entidades privada-lucrativas.

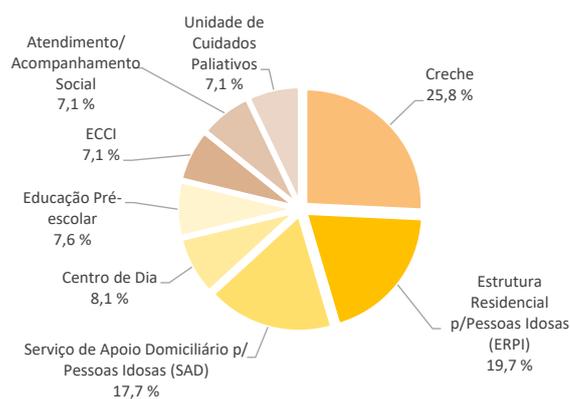
As novas respostas que entraram em funcionamento no ano de 2022, abrangem uma grande variedade de tipologias. Do total destas respostas<sup>7</sup>, 45,5 % eram dirigidas a Pessoas Idosas (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia) e 33,3 % às Crianças e Jovens (Creche e Educação Pré-escolar).

**Figura 21 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 22 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>7</sup> Foram consideradas nesta distribuição as tipologias de resposta que apresentaram 10 ou mais registos novos no ano de 2022.

### 3. Respostas sociais por população-alvo

#### 3.1 Crianças e Jovens

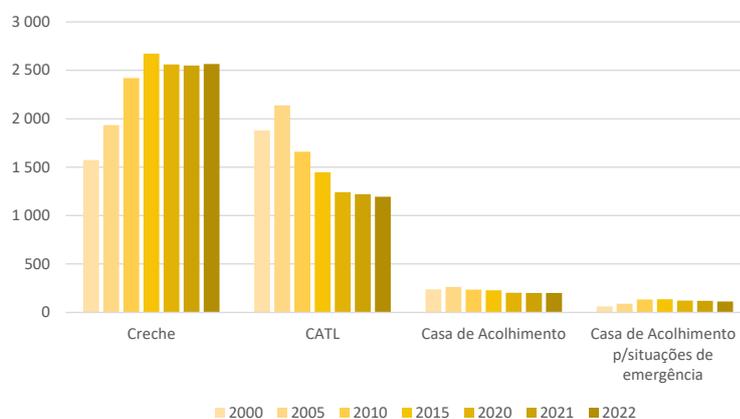
As respostas sociais dirigidas a **Crianças e Jovens** englobam a **Creche e a Ama**<sup>8</sup>, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a **Educação Pré-Escolar**<sup>9</sup>, o **Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)**, a **Casa de Acolhimento**<sup>10</sup>, a **Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência** e o **Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)**, entre outras com menor expressão.

##### 3.1.1. Número de respostas sociais

As principais respostas sociais para Crianças e Jovens<sup>11</sup>, registaram, no seu conjunto, um crescimento de 8,5 % no período 2000-2022. Contudo, este crescimento não foi transversal a todas as respostas. A resposta social de Creche, apresentou um crescimento de 62,9 % neste período, por oposição à resposta de CATL, que registou uma diminuição de 36,4 %, para o mesmo período.

No ano de 2022, comparativamente a 2021, o número de respostas sociais para Crianças e Jovens registou uma ligeira diminuição (0,4 %).

Figura 23 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2022<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017

<sup>8</sup> Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).

<sup>9</sup> Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na CS pela primeira vez em 2015 será analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das principais respostas sociais para Crianças e Jovens.

<sup>10</sup> O Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, que estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, substitui o Lar de Infância e Juventude e o Centro de Acolhimento Temporário pela Casa de Acolhimento e Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência, respetivamente.

<sup>11</sup> Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Casa de Acolhimento e Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência.

A Creche, resposta com maior peso relativo no âmbito do apoio a esta população-alvo<sup>12</sup>, contrariando a tendência dos últimos anos, apresentou, no ano de 2022, um crescimento do número de respostas de 0,6 %, por referência a 2021.

Em 2022, contabilizaram-se no Continente 2565 Creches. No universo das respostas sociais de Creche existentes, cerca de 77,0 % eram propriedade de entidades não lucrativas, evidenciando a importância que as entidades da rede solidária desempenham ao nível dos cuidados à 1.ª infância.

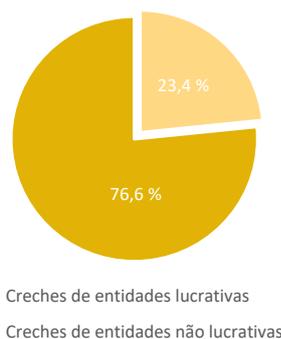
No ano de 2022, beneficiavam da medida *Gratuidade de Creche*<sup>13</sup> todas as crianças abrangidas pelo 1.º e 2.º escalões de rendimento da participação familiar que frequentavam Creches da rede solidária com acordo de cooperação (1.ª fase), bem como, a partir de 1 de setembro de 2022, todas as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021 (inclusive) que frequentavam as Creches da rede solidária com acordo de cooperação (2.ª fase).

Figura 24 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2022<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017

Figura 25 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>12</sup> Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na CS, pela primeira vez, em 2015 continuará a ser analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das principais respostas sociais para Crianças e Jovens.

<sup>13</sup> Conforme Portaria n.º 271/2020, de 24 de novembro, Portaria n.º 199/2021, de 21 de setembro e Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho.

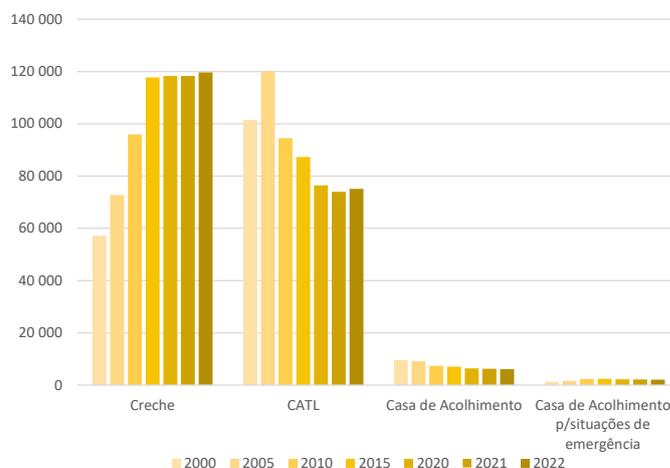
### 3.1.2. Capacidade

A capacidade/número de lugares das principais respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens<sup>14</sup> registou, entre 2000 e 2022, um crescimento de 19,8 %, seguindo a tendência dos dois últimos anos.

No ano de 2022, o número de lugares em Creche, fixou-se em 119 616, traduzindo um crescimento de 109,3 % no período 2000-2022, mantendo-se como a resposta com maior desenvolvimento neste grupo. A capacidade/número de lugares em Creche, em Portugal Continental, registou, em 2022, um crescimento de 1,2 % face a 2021.

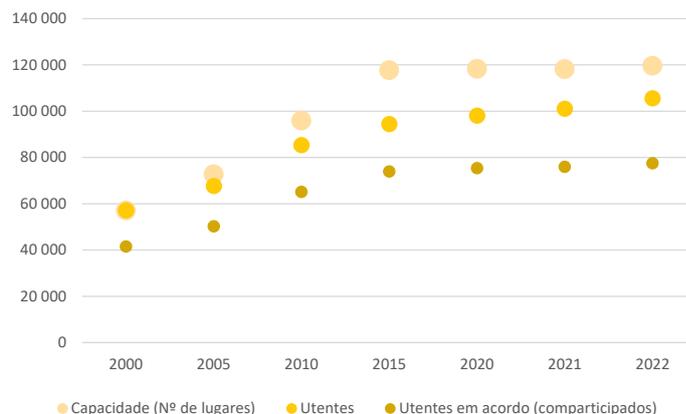
O número de lugares comparticipados pelo Estado, através de acordos de cooperação com entidades da rede solidária<sup>15</sup>, registou, em 2022, um aumento de 2,1 %, representando cerca de 65,0 % da capacidade total existente.

Figura 26 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2022<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017

Figura 27 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes comparticipados na resposta social Creche, Continente – 2000-2022<sup>1</sup>



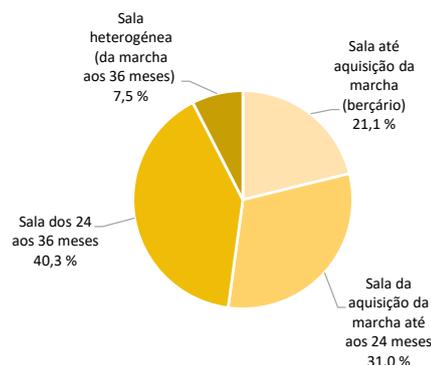
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017

<sup>14</sup> Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Casa de Acolhimento e Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência.

<sup>15</sup> O Protocolo de Cooperação estabelecido bianualmente entre os Ministérios da Educação (ME), MTSSS e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, que define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

Em 2022, o número de lugares por sala na resposta Creche, evidenciava a seguinte distribuição: 40,3 % dos lugares existentes destinavam-se a crianças entre os 24 e 36 meses, 31,0 % a crianças entre a aquisição da marcha e os 24 meses e 21,1 % a crianças em salas de aquisição da marcha/berçário.

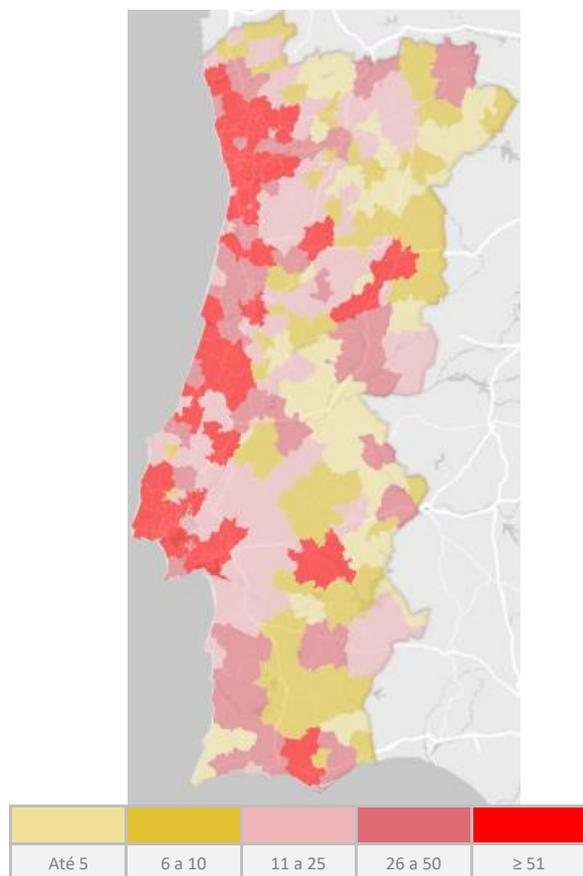
Figura 28 – Distribuição percentual da capacidade por sala na resposta social Creche, Continente – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

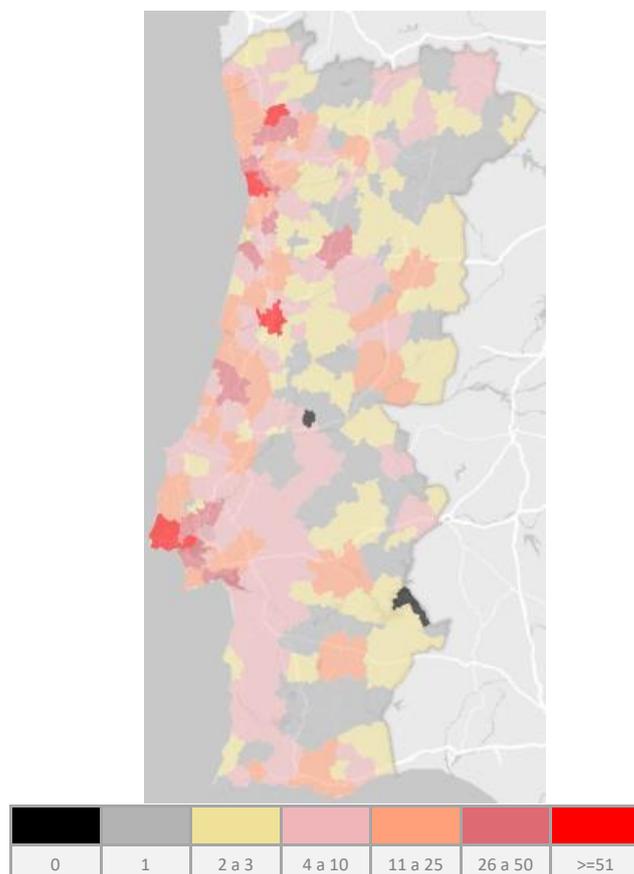
### 3.1.3. Distribuição territorial

Figura 29 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 30 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial das respostas sociais para Crianças e Jovens indicava, em 2022, uma disseminação por todo o Continente, com uma maior incidência na faixa litoral. Os distritos de Lisboa, Porto, Braga e Aveiro detinham mais de 50 % do total de respostas

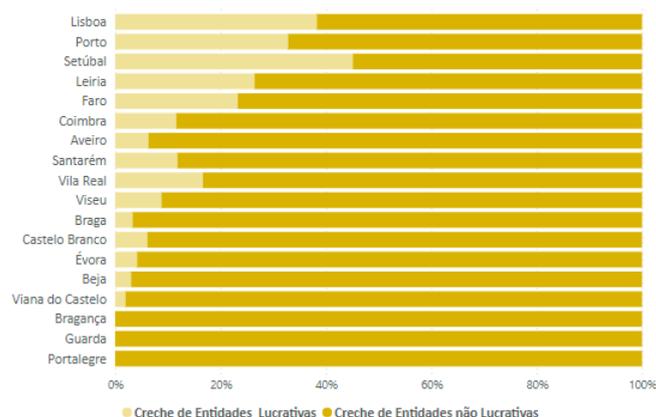
para esta população-alvo. A nível concelhio, 98 (35,0 %) dos 278 municípios do Continente, dispunha de mais de 25 respostas sociais para Crianças e Jovens. Relativamente à resposta Creche, 25 municípios apresentavam uma oferta superior a 25 respostas e 8 superior a 50 respostas.

Quando considerados os territórios de baixa densidade<sup>16</sup>, que representam 59,4 % dos concelhos de Portugal Continental, nota-se que estes concentravam 20,0 % da oferta de Creche. De referir, ainda, que o papel da rede solidária nos cuidados à 1.ª infância, nestes territórios, é preponderante, com cerca de 96,0 % das Creches a pertencerem a entidades não lucrativas.

Os dois únicos concelhos (Mourão e Sardoal) que não contam com qualquer resposta social para a 1.ª infância também se situam em territórios de baixa densidade.

No ano de 2022, a oferta de Creches propriedade de entidades não lucrativas, no território continental, correspondia a 76,6 % da totalidade de Creches existentes. A expressão das Creches pertencentes a entidades privadas-lucrativas cresceu face a 2021, tendo os distritos de Setúbal (45,1 %), Lisboa (38,3 %) e Porto (32,8 %) registado um peso relativo superior a 30 %.

**Figura 31 – Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>16</sup> Utilizou-se a lista constante da Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) Portugal 2020 de 01/07/2015, que classificou 165 Municípios como territórios de baixa densidade, adotando uma abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades.

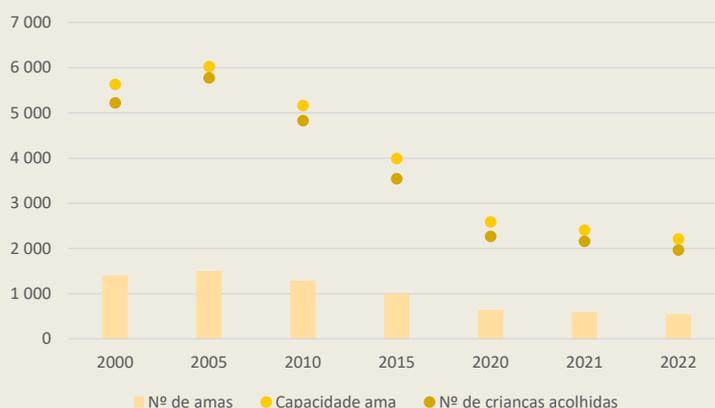
### 3.1.4. A resposta social Ama

A **Ama** consiste num serviço prestado por pessoa idónea, devidamente licenciada para o efeito pelo ISS, IP, que apoia as famílias através do acolhimento de crianças (no máximo 4) até aos 3 anos de idade ou até atingirem a idade de ingresso nos estabelecimentos de educação pré-escolar. Este serviço é prestado na residência da Ama, durante um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais (família). Se o serviço for desenvolvido no âmbito de uma instituição de enquadramento, designa-se por Creche Familiar.

A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe, por via administrativa<sup>1</sup>, os dados relativos à atividade de Ama, motivo pelo qual a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis.

Em 2022, contabilizaram-se 552 Amas, mantendo-se a tendência decrescente desta resposta social, que registou uma redução de 8,2 %, por relação a 2021, e de cerca de 61,0 % face à situação existente em 2000. O enquadramento legal<sup>2</sup> para exercício da atividade de Ama sofreu alterações ao longo deste período, que poderão ter efeitos nesta evolução. O decréscimo de número de Amas refletiu-se, incontornavelmente, na capacidade desta resposta, valor que tem em conta o número máximo de crianças que cada Ama pode acolher. No ano em análise, o número de lugares cifrou-se em 2208, o que representa menos 196 lugares do que em 2021. Da mesma forma, o número de crianças em Ama tem vindo a decrescer, encontrando-se a frequentar esta resposta, no ano de 2022, 2208 crianças o que corresponde a uma média de 3,6 crianças por ama.

Evolução do número das respostas sociais, capacidade e número de crianças acolhidas em Ama, Continente – 2000-2022



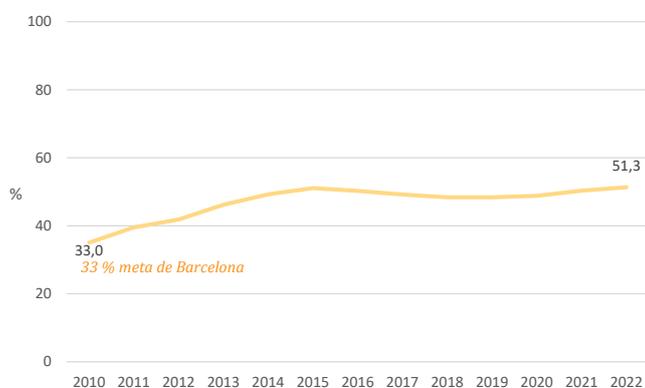
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>1</sup> A informação relativa à resposta social Ama é recolhida e atualizada por via administrativa, não sendo alvo de atualização pelas entidades.

<sup>2</sup> O Decreto-Lei n.º 115/2015, de 22 de junho, estabelece os termos e as condições para o acesso à profissão de ama e o exercício da respetiva atividade, bem como o regime sancionatório aplicável àquela atividade.

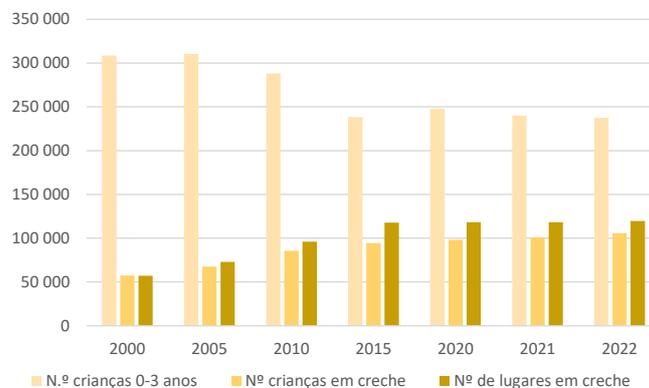
### 3.1.5 Taxa de cobertura

Figura 32 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2022<sup>1</sup>



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2022  
GEP-MTSSS, Carta Social  
Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017 e de 2021

Figura 33 – Evolução do número de crianças dos 0 aos < 3 anos, do número de utentes e da capacidade em Creche, Continente – 2000-2022<sup>1</sup>



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2022  
GEP-MTSSS, Carta Social  
Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2021.

A taxa de cobertura<sup>17</sup> das respostas sociais para a 1.ª infância<sup>18</sup> registou, entre 2010 e 2022, um crescimento de 16,2 p.p., seguindo a tendência anterior. Em 2022, a taxa de cobertura média no Continente situou-se em 51,3 %, apresentando uma subida de cerca de 1,0 p.p., em relação a 2021<sup>19</sup>, e superando a atual meta de Barcelona de 45,0 %<sup>20</sup>. A subida da taxa de cobertura média reflete, por um lado, o aumento do número de lugares, e por outro, o decréscimo da população dos 0 aos < 3 anos.

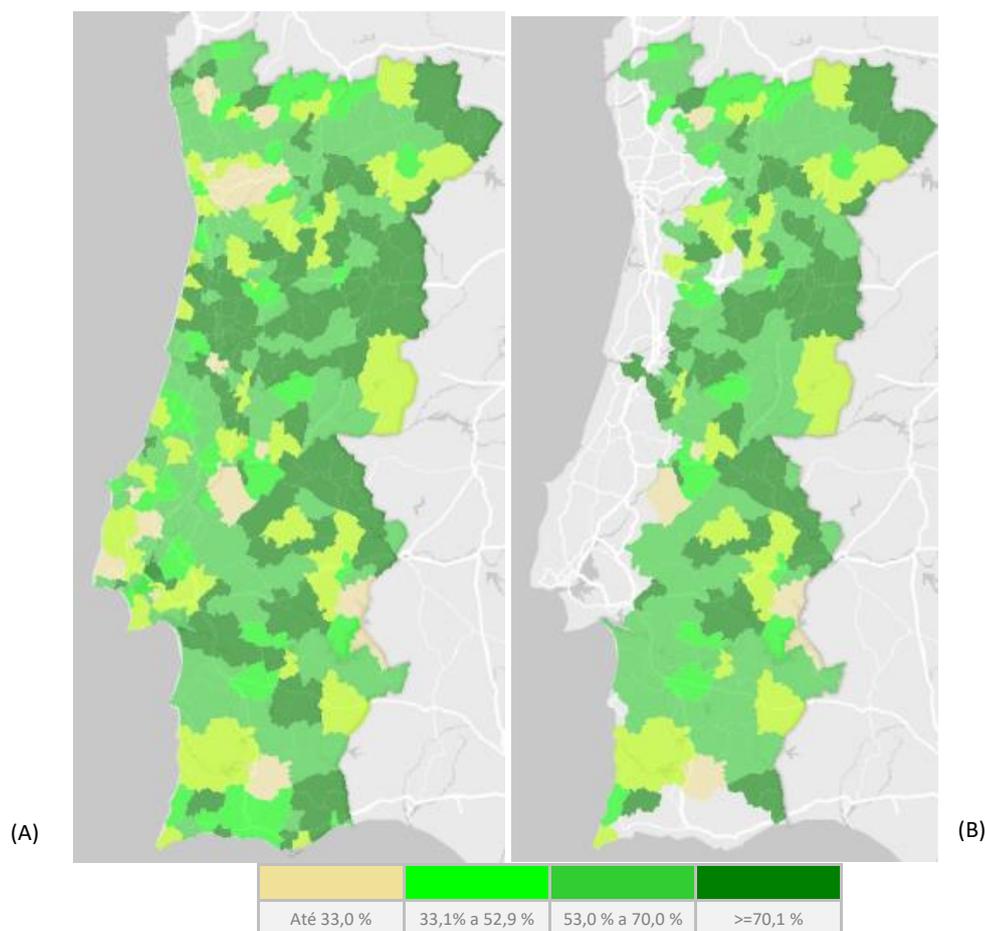
<sup>17</sup> Para o cálculo da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância são considerados o número total de lugares existentes, por referência a 31 de dezembro de cada ano e a população de referência das respostas em análise: (Capacidade total das respostas Creche + Ama / População 0 aos < 3 anos) × 100.

<sup>18</sup> Creche e Ama.

<sup>19</sup> As taxas de cobertura relativas a 2021 foram revistas, atendendo à revisão das Estimativas da População Residente de 2021 (INE), em função dos resultados definitivos dos Censos 2021, resultando numa quebra de série.

<sup>20</sup> Em dezembro de 2022, foi adotada no Conselho Europeu a revisão da meta de Barcelona em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2030, ser assegurado o acolhimento de 45,0 % das crianças com menos de 3 anos.

Figura 34 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância por concelho (A) e em territórios de baixa densidade por concelho (B) – 2022



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2022  
GEP-MTSSS, Carta Social

Em termos territoriais, 69,8 % dos concelhos do Continente (194 em 278) apresentavam, em 2022, uma taxa de cobertura acima de 45,0 %. De referir, ainda, que dos 278 concelhos existentes, 158 (56,8 %) registavam uma taxa de cobertura acima da média do Continente (51,3 %).

Os distritos de Lisboa (48,6 %), Setúbal (45,4 %) e Porto (36,8 %) mantinham-se, em 2022, como os territórios com menor cobertura face à população residente, pese embora, se tenha registado uma subida das taxas de cobertura nos distritos de Lisboa (0,3 p.p.) e Porto (1,7 p.p.), quando comparadas com o ano de 2021<sup>21</sup>. Em situação oposta, os distritos da Guarda (88,5 %), Portalegre (82,2 %) e Coimbra (70,3 %), tal como no ano anterior, registaram as taxas de cobertura de repostas para a 1.ª infância mais elevadas, com uma subida de 4,9 p.p., 3,4 p.p. e 1,9 p.p., respetivamente, face às apresentadas em 2021.

<sup>21</sup> As taxas de cobertura relativas a 2021 foram revistas, atendendo à revisão das Estimativas da População Residente de 2021 (INE), em função dos resultados definitivos dos Censos 2021, resultando numa quebra de série.

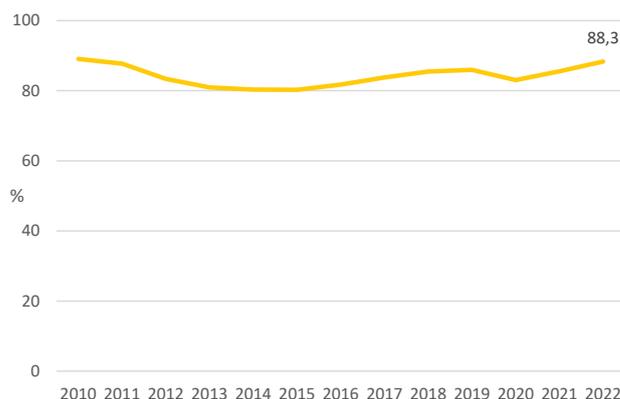
No ano de 2022, a taxa de cobertura média das respostas sociais para a 1.ª infância nos territórios de baixa densidade, fixou-se em 64,3 %, 13,0 p.p. superior à média do Continente (51,3 %). De salientar, que dos 165 concelhos que se encontram nestes territórios, 46,7 % (77) apresentavam uma taxa de cobertura superior à média destes territórios.

### 3.1.6. Taxa de utilização

A taxa de utilização<sup>22</sup> média das respostas para a 1.ª infância<sup>23</sup> no Continente, em 2022, fixou-se em 88,3 %, representando um crescimento de 2,7 p.p. face a 2021, refletindo o aumento do número de utentes na resposta social Creche e o eventual impacto da 1.ª e 2.ª fases da Medida da *Gratuidade de Creche*.

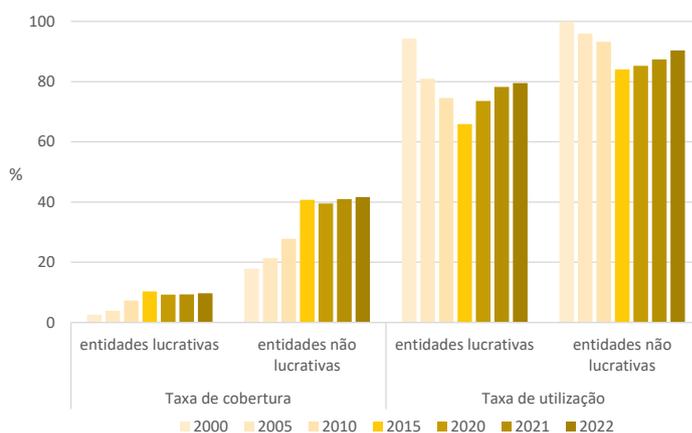
A taxa de utilização das respostas para a 1.ª infância (Creche e Ama) revela, independentemente da natureza jurídica da entidade proprietária, uma evolução muito semelhante. Em 2022, a taxa de utilização média aumentou em ambas as redes, seguindo a tendência de 2021, com as entidades não lucrativas a registarem uma taxa de utilização de 90,4 % e as Creches pertencentes a entidades lucrativas a fixarem a sua taxa de utilização nos 79,5 %.

**Figura 35 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2022<sup>1</sup>**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017

**Figura 36 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2022<sup>1</sup>**

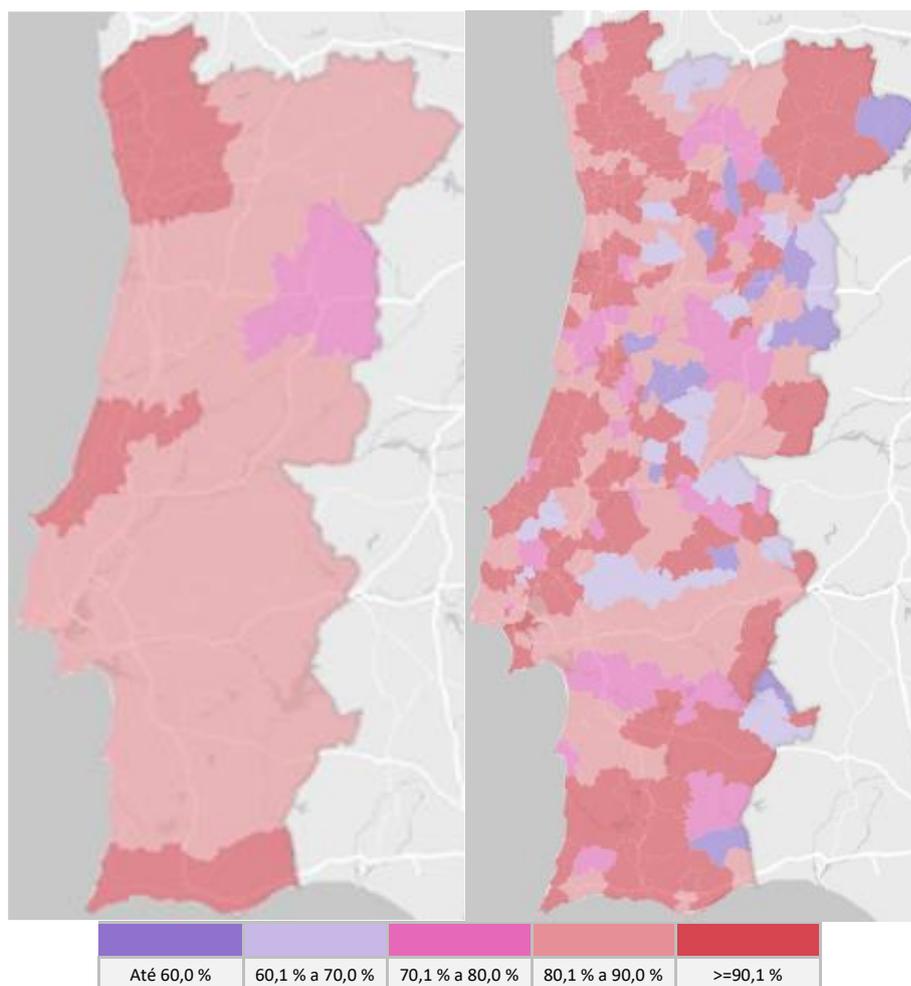


Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2022  
GEP-MTSSS, Carta Social  
Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2021

<sup>22</sup> Para o cálculo da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (Número total de utentes das respostas Creche + Ama / Capacidade total das respostas Creche + Ama) × 100.

<sup>23</sup> Creche e Ama.

Figura 37 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, por distrito e concelho – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

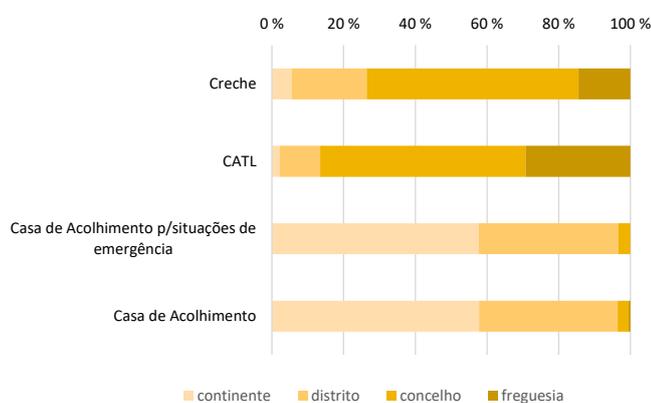
Em termos territoriais, embora não sendo claro um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos distritos localizados junto à faixa litoral e no Algarve. Dos 18 distritos existentes no Continente, 8 (44,4 %) apresentavam taxas de utilização superiores à média nacional. É de destacar que os distritos que registaram, em 2022, as taxas de cobertura mais elevadas (Coimbra, Guarda e Portalegre) apresentavam taxas de utilização inferiores à média nacional (85,5 %, 75,0 % e 81,3 %).

### 3.1.7. Funcionamento

As respostas Creche e CATL, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, acolhiam durante os dias úteis da semana, em 2022, maioritariamente crianças provenientes da própria freguesia ou concelho onde o equipamento estava instalado (Creche 73,8 % e CATL 86,4 %).

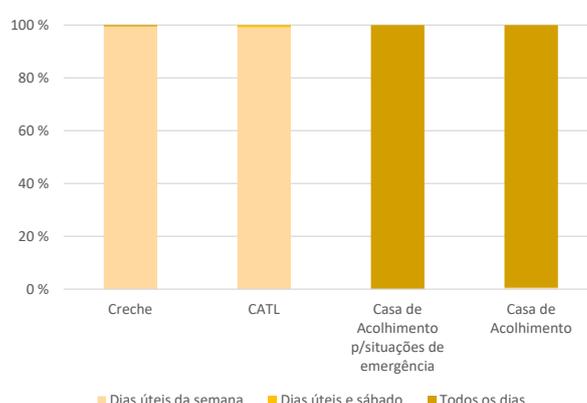
No caso das Casas de Acolhimento, destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias com base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o raio de abrangência é maioritariamente distrital ou superior.

Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 39 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2022

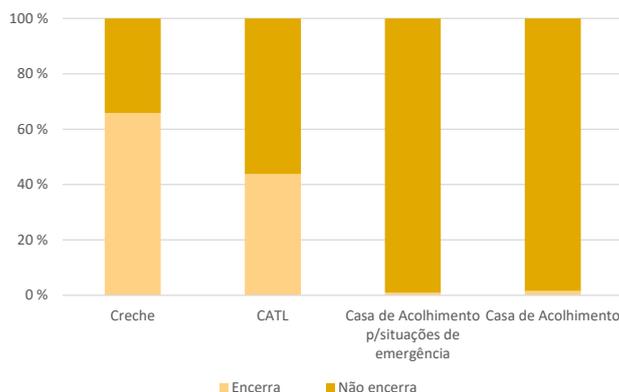


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

No ano de 2022 a grande maioria de Creches (99,3 %) e CATL (99,9 %) tinham o seu período de funcionamento concentrado nos dias úteis da semana. Apenas aproximadamente 1 % destas respostas sociais estendiam o respetivo período de funcionamento ao fim de semana.

O encerramento dos equipamentos por motivo de férias tem vindo a decrescer, sendo que 34,2 % das Creches e 56,2 % dos CATL, em funcionamento em 2022, já não encerravam.

**Figura 40 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2022**

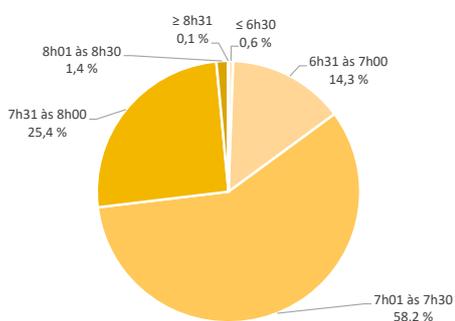


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Os horários de abertura e encerramento têm conhecido, ao longo dos anos, um alargamento, permitindo às famílias uma melhor gestão dos compromissos profissionais, pessoais e familiares, numa lógica de promoção da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional. Em 2022, a maioria das Creches (83,6 %) abria entre as 7h01 e as 8h00 e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (59,1 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (36,6 %).

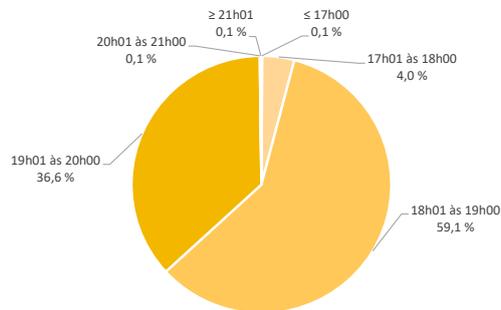
O CATL, resposta que funciona, sobretudo, nos prolongamentos e/ou em complemento do horário escolar, iniciava, em 2022, as atividades maioritariamente entre as 7h01 e as 8h00 (70,6 %) e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (58,2 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (36,1 %).

**Figura 41 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2022**



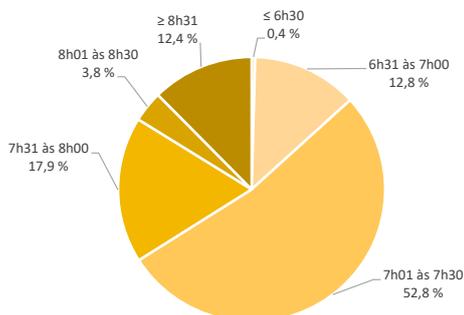
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 42 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2022**



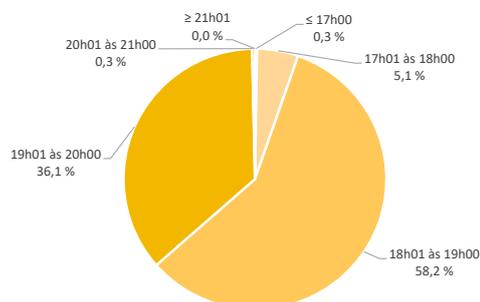
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 43 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

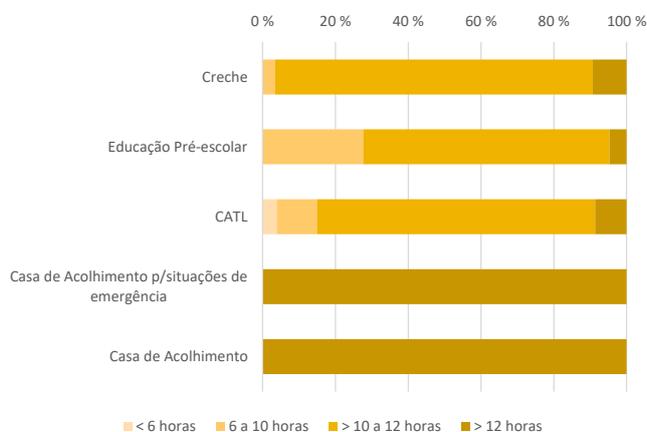
**Figura 44 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

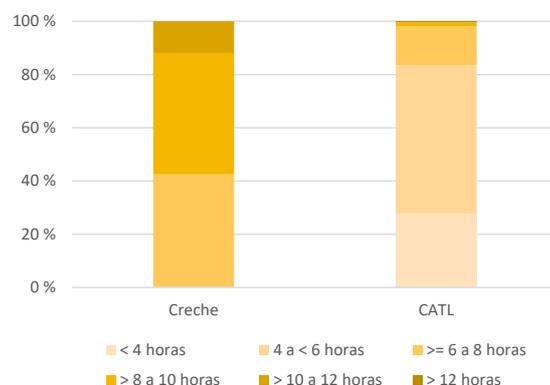
Em 2022, cerca de 87,2 % das Creches e 76,4 % dos CATL encontrava-se em funcionamento entre 10 e 12 horas por dia, sendo que 87,8 % das crianças frequentavam as Creches entre 6 a 10 horas diárias, nomeadamente 42,2 % entre 6 e 8 horas e 45,6 % entre 8 e 10 horas diárias. Quanto ao CATL, 83,6 % das crianças permanece até 6 horas diárias. Para 27,8 % das crianças a frequência diária não atinge as 4 horas, enquanto que para 55,7 % fixa-se entre 4 e 6 horas, uma vez que esta resposta funciona em complementaridade com a escola e a sua frequência restringe-se aos períodos anteriores ou posteriores ao horário escolar.

**Figura 45 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 46 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

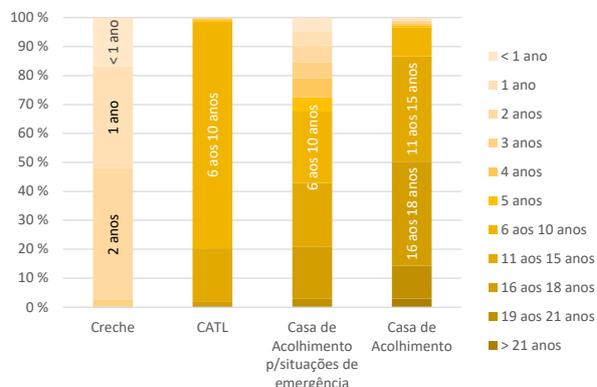
### 3.1.8. Caraterização dos utentes

Em 2022, do universo de crianças que frequentava a resposta Creche, 17,8 % tinha menos de um ano (berçário) e 79,8 % tinha um ou dois anos.

97,4 % das crianças que frequentavam a resposta CATL tinha entre seis e quinze anos de idade, sendo o escalão mais representativo o das crianças entre os seis a dez anos, que engloba cerca de 79,1 % dos utentes desta resposta.

Relativamente às Casas de Acolhimento, o universo etário das crianças e jovens acolhidos é mais alargado. No caso das Casas de Acolhimento para resposta a situações de emergência, em 2022, 56,7 % das crianças integradas nesta resposta tinha até dez anos de idade. Relativamente às Casas de Acolhimento, 86,4 % das crianças e jovens tinha mais de dez anos de idade.

Figura 47 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2022



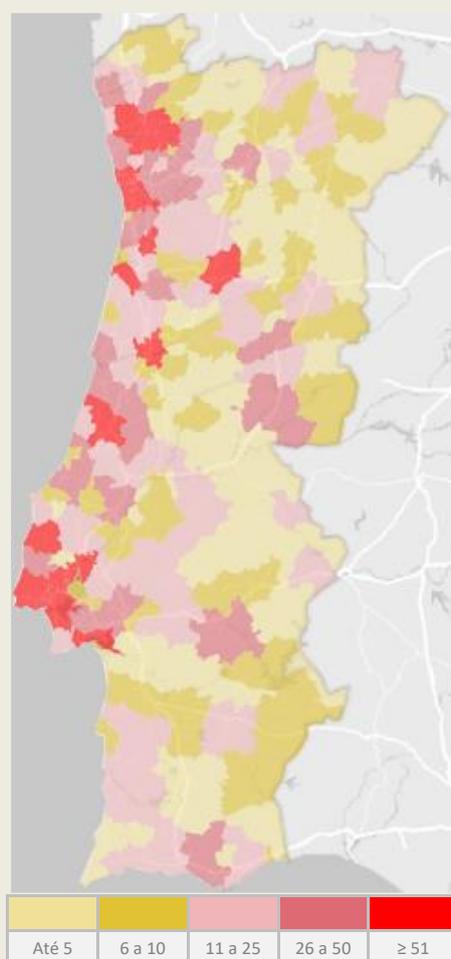
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.1.9. A resposta social Educação Pré-Escolar

A **Educação Pré-Escolar** consiste numa resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família. A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe desde 2015 informação relativa a esta resposta social, pelo que os dados compilados poderão não abranger, ainda, o universo, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação. Por este motivo, à semelhança dos anos anteriores, a análise desta resposta continua a ser feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis.

Em 2022, encontravam-se registadas na Carta Social 5347 respostas de Educação Pré-Escolar no território continental, 90 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária. O número total de lugares é de 304 221, mais de  $\frac{1}{3}$  dos quais distribuídos pela região Norte.

Distribuição territorial da resposta social Educação Pré-Escolar, por concelho - 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária - 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## Distribuição territorial da percentagem de respostas de Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2022

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,9	22,0	37,4
Centro	26,6	11,0	28,5
Área Metropolitana de Lisboa	24,7	60,1	20,6
Alentejo	8,6	1,8	9,4
Algarve	4,2	5,1	4,1
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## Distribuição territorial da percentagem de lugares em Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2022

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,2	20,8	36,7
Centro	22,3	8,7	23,8
Área Metropolitana de Lisboa	30,6	63,4	27,0
Alentejo	7,2	1,7	7,9
Algarve	4,7	5,4	4,6
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.2 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade

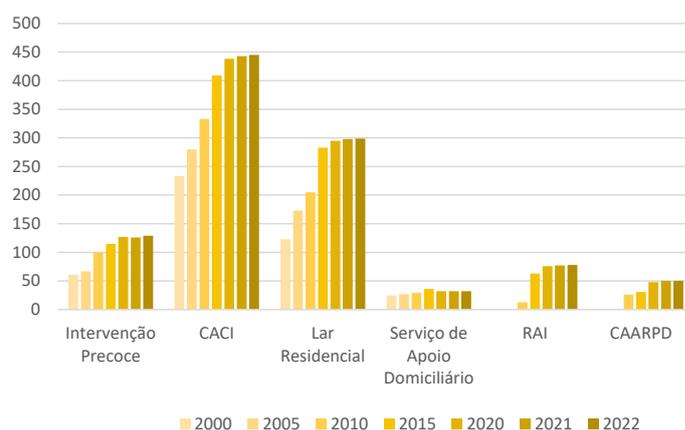
As respostas sociais direcionadas a **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade** têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social destas pessoas. O **Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)**<sup>24</sup>, o **Lar Residencial**, a **Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)**<sup>25</sup>, a **Intervenção Precoce** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência** constituem as respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo com maior representatividade. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade são de destacar, ainda, o **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)**, o **Lar de Apoio** e o **Apoio em Regime Ambulatório**.

#### 3.2.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade evidenciou, entre 2000 e 2022, um crescimento de 99,8 %, verificando-se uma tendência de crescimento em todas as respostas em análise. Em 2022, as respostas Lar Residencial, CACI e Intervenção Precoce foram as que apresentaram um maior peso relativo, reunindo 81,7 % do total de respostas para este grupo-alvo.

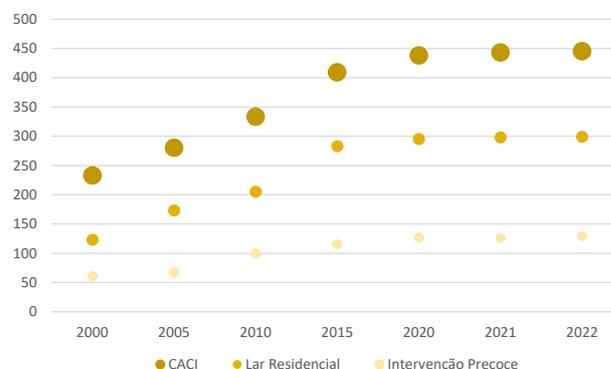
Em 2022, por comparação a 2000, o Lar Residencial registou uma taxa de crescimento de 143,1 %, a Intervenção Precoce de 111,5 % e a resposta CACI de 91,0 %.

Figura 48 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 49 – Evolução do número de respostas sociais CACI e Lar Residencial, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>24</sup> Em 2021, ao abrigo da Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) sucede e substitui o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

<sup>25</sup> Em 2022, ao abrigo da Portaria n.º 77/2022, de 3 de fevereiro, a Residência de Autonomização e Inclusão (RAI) sucede e substitui a anterior Residência Autónoma.

### 3.2.2. Capacidade

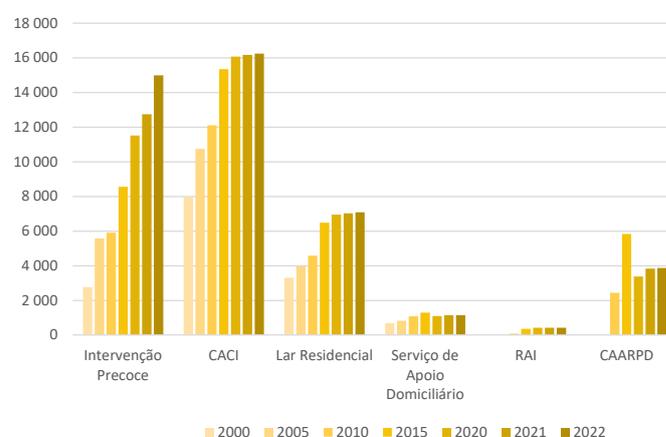
A evolução do número de lugares em respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade tem acompanhado o crescimento do número de respostas, registando-se, entre 2000 e 2022, um crescimento de 161,6 %, traduzindo-se num total de 49 029 lugares em 2022.

A capacidade/número de lugares nas principais respostas (CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário) registou, em 2022, um crescimento de 108,2 % face a 2000.

A resposta CACI<sup>26</sup> liderava a oferta de lugares, em 2022, no conjunto das respostas dirigidas a este grupo-alvo, contabilizando-se 16 245 lugares.

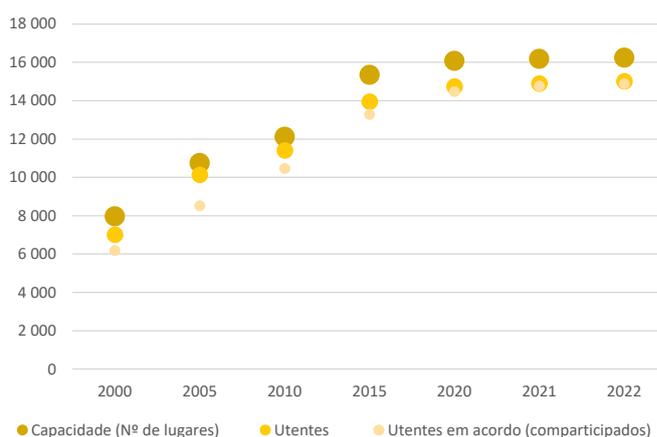
De referir, ainda, que as respostas dirigidas a este grupo-alvo são sobretudo desenvolvidas por entidades da rede solidária.

**Figura 50 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 51 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes participados na resposta social CACI, Continente – 2000-2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

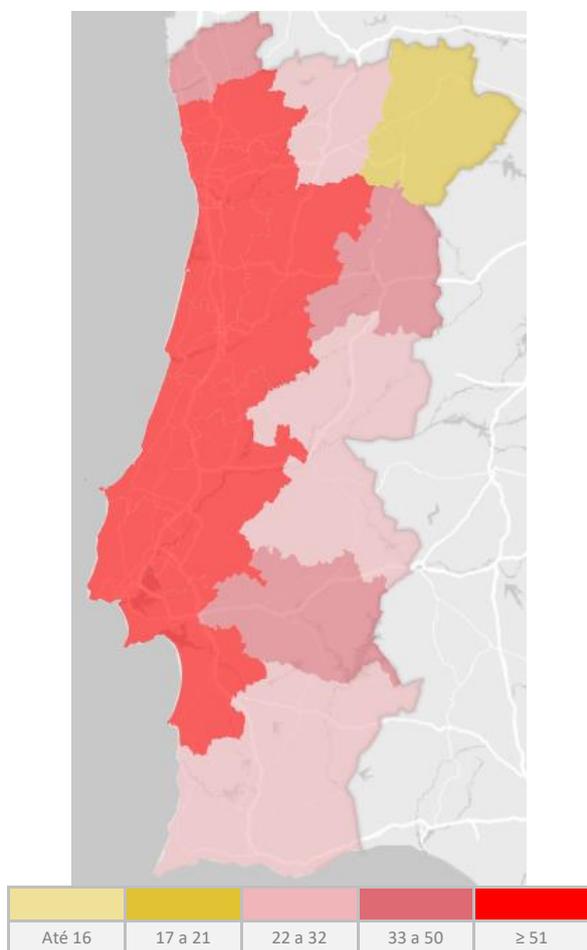
<sup>26</sup> Em 2021, ao abrigo da Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, o CACI sucede e substitui o CAO.

### 3.2.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial de respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade evidenciava, em 2022, uma elevada concentração nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Os distritos de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Coimbra, Setúbal, Viseu, Leiria e Santarém reuniam em conjunto, naquele ano, 75,9 % da oferta total de respostas para esta população e 78,4 % da oferta de respostas CACI.

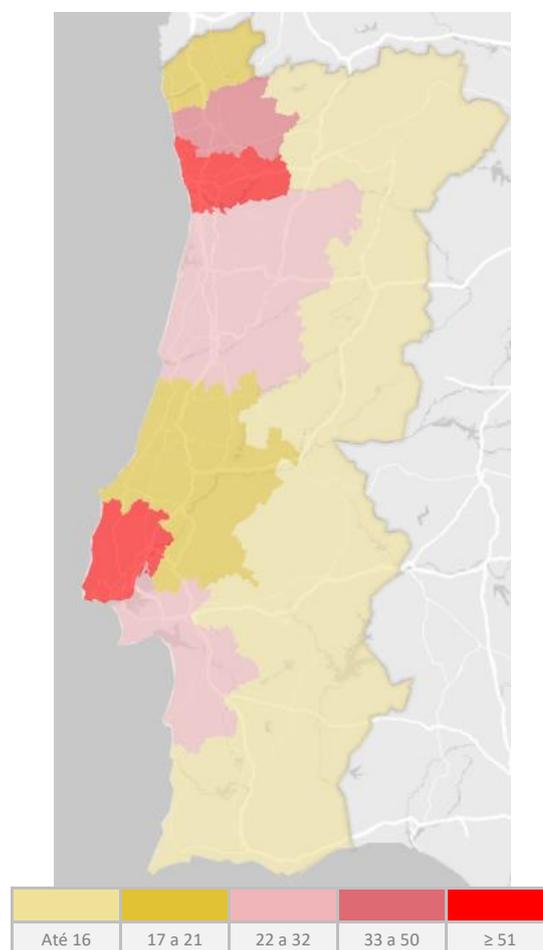
A oferta de respostas destinadas a este grupo-alvo rondava, nos territórios de baixa densidade<sup>27</sup>, 33,0 % do total, em 2022.

Figura 52 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 53 – Distribuição territorial da resposta social CACI, por distrito – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>27</sup> Utilizou-se a lista constante da Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) Portugal 2020 de 01/07/2015, que classificou 165 Municípios como territórios de baixa densidade, adotando uma abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades.

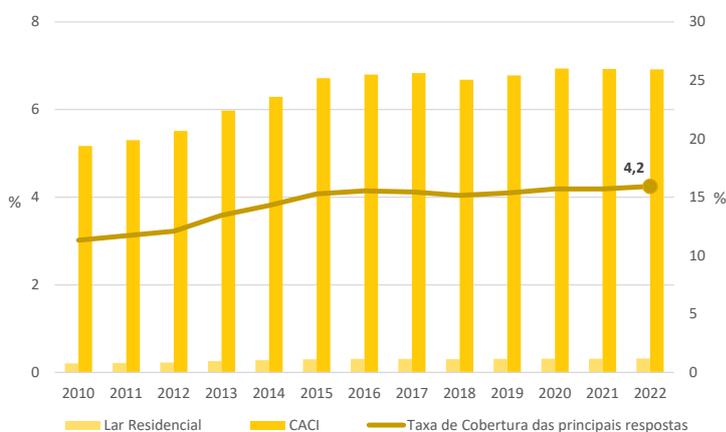
### 3.2.4. Taxa de cobertura

A evolução das principais respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade<sup>28</sup> revelou, no período 2010-2022, um crescimento da capacidade (mais 7133 lugares), todavia com pouca expressão ao nível da taxa de cobertura. Em 2022, a taxa de cobertura<sup>29</sup> média, no Continente, das principais respostas (CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário) manteve-se em 4,2 %.

Dos dezoito distritos do território continental, onze apresentavam taxas de cobertura acima da média nacional, com os distritos da Guarda (9,0 %), Castelo Branco (7,4 %) e Évora (7,3 %) a apresentarem os valores mais elevados. Contrariamente, o Porto (3,4 %), Faro (2,3 %) e Setúbal (2,1 %) constituíam os distritos com as taxas de cobertura das respostas para este grupo-alvo mais baixas.

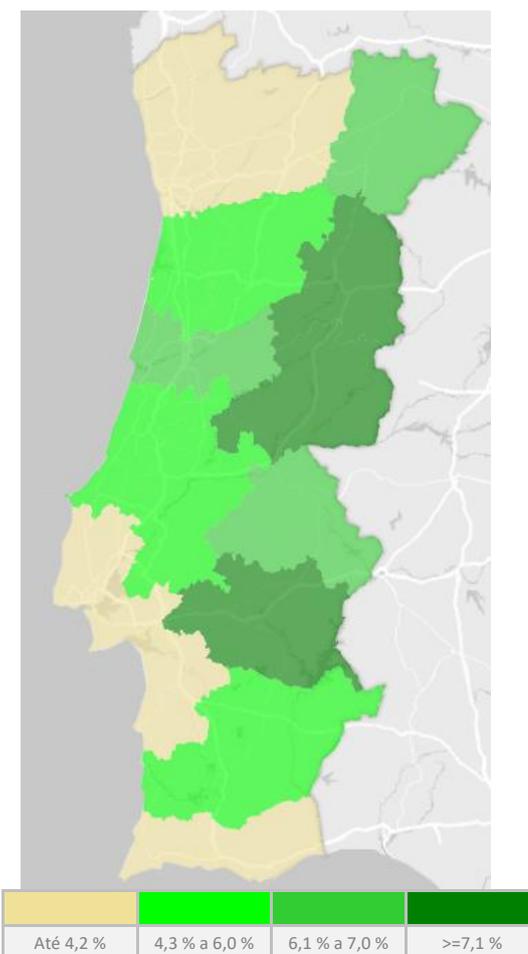
As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região Algarvia eram as mais deficitárias deste tipo de respostas.

Figura 54 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2022



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2022  
GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 55 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2022



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2022  
GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>28</sup> CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

<sup>29</sup> Para o cálculo da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: (Capacidade total das respostas CACI + Lar Residencial + RAI + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência / População com deficiência) × 100.

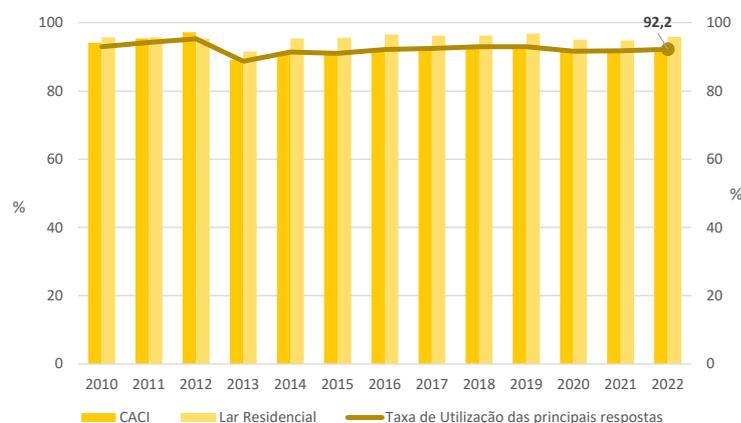
### 3.2.5. Taxa de utilização

As principais respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade<sup>30</sup> mantiveram, no período 2010-2022, uma taxa de utilização<sup>31</sup> acima dos 90,0 %, tendo a taxa de utilização média, no Continente, atingido, em 2022, os 92,2 %. O Lar Residencial constituía a resposta que evidenciava maior procura, apresentando, em 2022, uma taxa de utilização de 95,5 %.

A análise da distribuição territorial da taxa de utilização destas respostas confirmava a existência de elevados níveis de ocupação em todo o território continental.

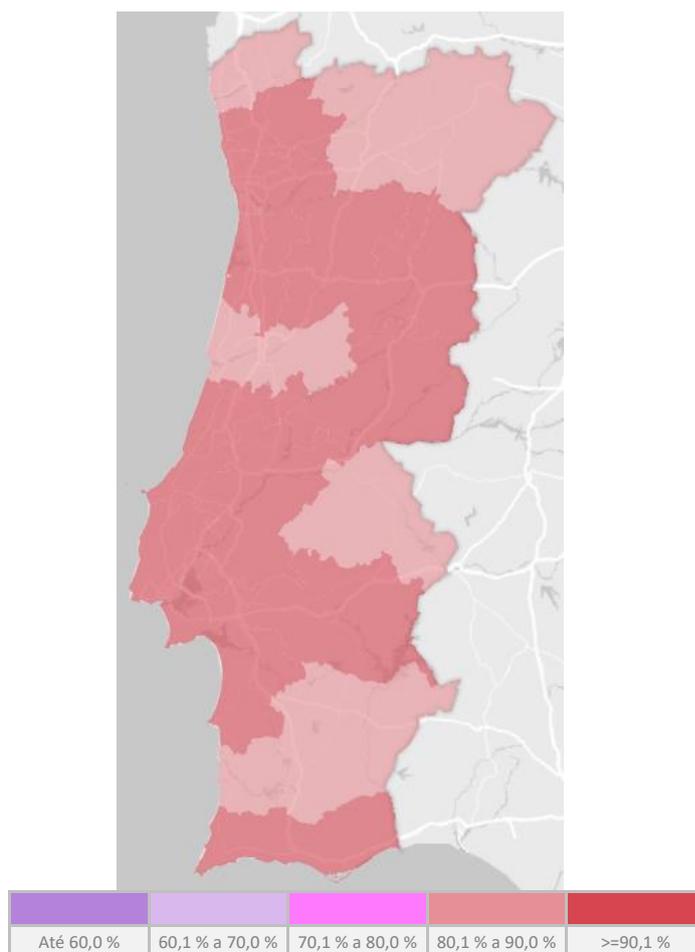
Do universo de distritos do Continente, nove apresentavam taxas de utilização acima da média, sendo que Évora apresentava um valor de 98,0 %, Setúbal de 97,2 % e Faro 95,9 %.

Figura 56 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 57 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2022



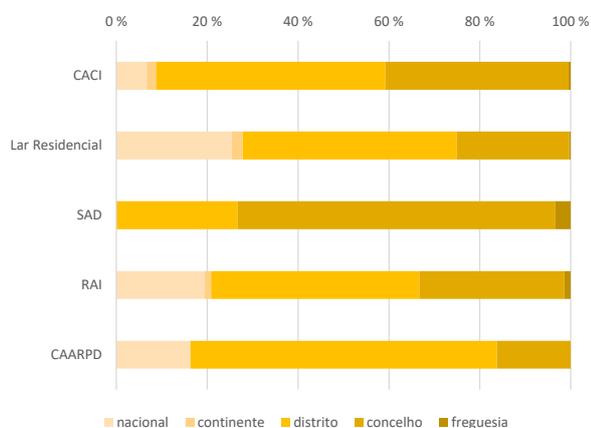
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>30</sup> CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

<sup>31</sup> Para o cálculo da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (Número total de utentes das respostas CACI + Lar Residencial + RAI + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência / Capacidade total das respostas CACI + Lar Residencial + RAI + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência) × 100.

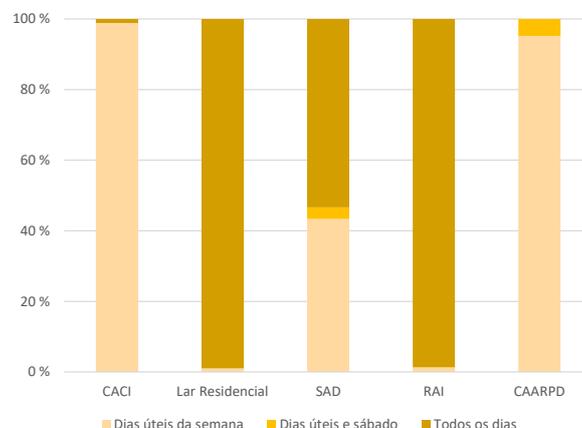
### 3.2.6. Funcionamento

**Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas c/Deficiência ou Incapacidade, por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 59 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas c/Deficiência ou Incapacidade, por período de funcionamento, Continente – 2022**

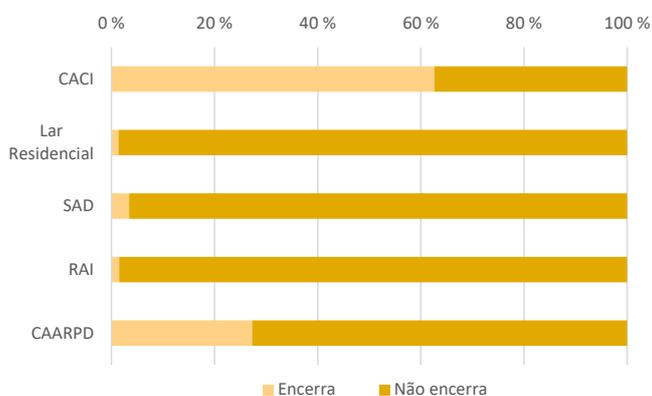


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade tinham, em 2022, uma abrangência essencialmente distrital, à exceção da resposta SAD, que apoiava sobretudo (73,3 %) utentes da própria freguesia ou concelho.

Em relação ao período de funcionamento, em 2022, as respostas CACI e CAARPD funcionavam, essencialmente, entre segunda e sexta-feira, encerrando para férias (62,7 % e 27,3 %, respetivamente). Em situação inversa, o Lar Residencial e a RAI, destinadas ao alojamento de pessoas com deficiência ou incapacidade, estavam em funcionamento sete dias por semana, não encerrando para férias. Quanto ao SAD, 53,3 % das respostas funcionava todos os dias e 96,6 % não encerrava para férias.

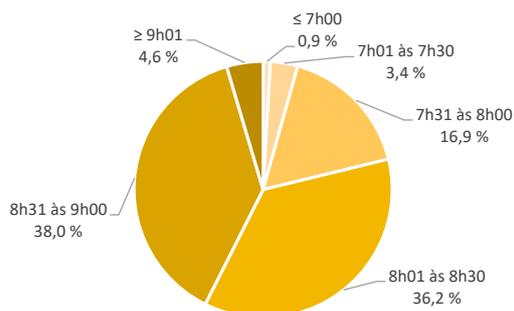
**Figura 60 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

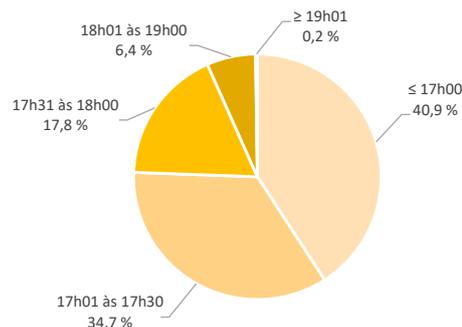
No ano de 2022, e na sequência dos anos anteriores, a resposta social de CACI apresentava, na sua grande maioria, uma oferta reduzida em termos de horários. No que diz respeito ao horário de abertura, o período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã era o mais frequente em cerca de 74,3 % das respostas. O término das atividades ocorria, em cerca de 75,6 % das respostas, até às 17h30 da tarde.

**Figura 61 – Distribuição percentual dos CACI por horário de abertura, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 62 – Distribuição percentual dos CACI por horário de encerramento, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A frequência média diária dos utentes variava entre 4 a 8 horas em 90,9 % das respostas CACI.

**Figura 63 – Distribuição percentual dos CACI por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

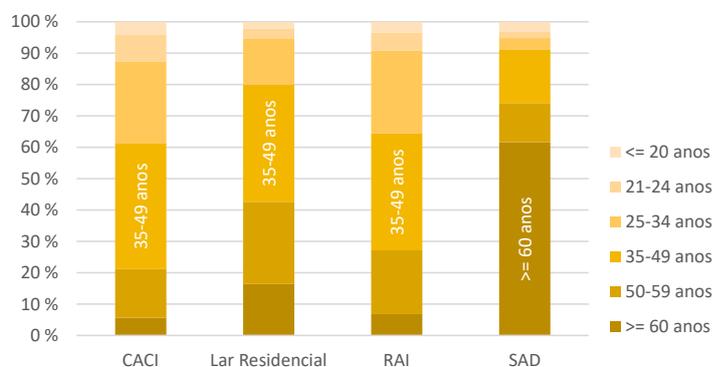
### 3.2.7. Caracterização dos utentes

A distribuição percentual dos utentes nas principais respostas dirigidas à população com deficiência ou incapacidade<sup>32</sup> por escalão etário evidenciava, em 2022, os diferentes universos na população-alvo de cada resposta social.

À exceção do SAD, onde os utentes maiores de 60 anos constituíam a maioria (64,9 %), o escalão etário mais representativo no universo de utentes que frequentava as respostas CACI, Lar Residencial e RAI era o dos 35 aos 49 anos.

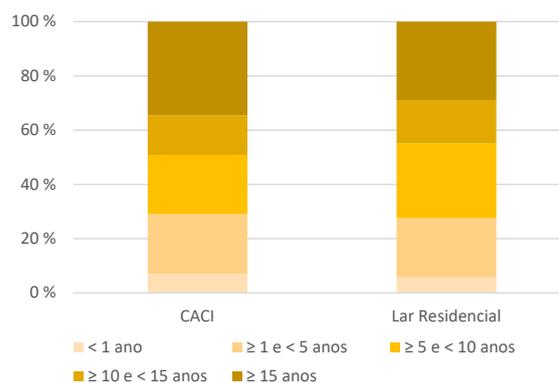
Cerca de 50 % dos utentes de CACI e Lar Residencial permanecia nas respostas à menos de 10 anos (50,9 % e 55,1 %, respetivamente). De realçar, também, uma percentagem significativa de utentes que apresentava uma permanência nestas respostas superior a 15 anos (34,5 % e 28,9 %, respetivamente).

**Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

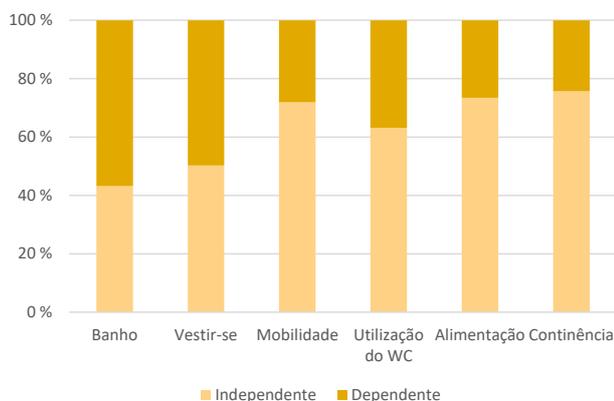
**Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

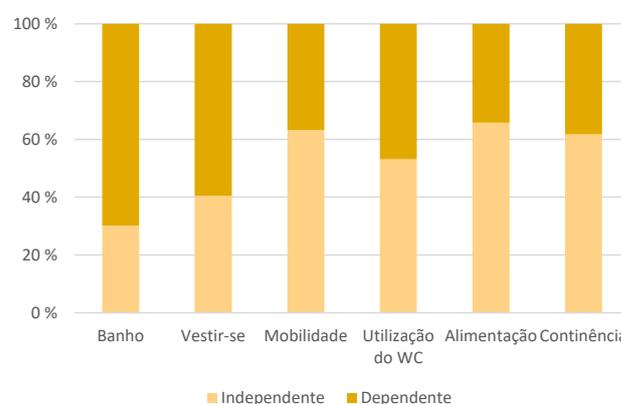
<sup>32</sup> CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

**Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em CACI por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2022**

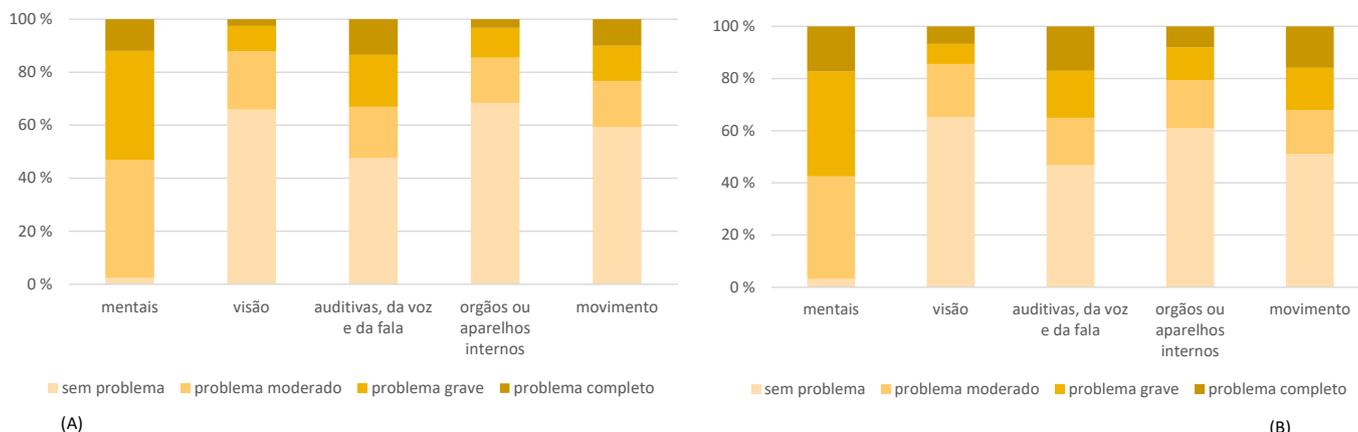


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A avaliação da capacidade de realização de atividades básicas da vida diária (ABVD)<sup>33</sup> dos utentes que frequentavam respostas sociais destinadas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, em 2022, indicava que a maioria (63,0 %) dos utentes de CACI caracterizados eram independentes no desenvolvimento das atividades avaliadas, apenas a atividade ‘banho’ registava um peso relativo superior a 50 % de utentes dependentes. Embora com níveis de dependência superiores, mais de metade dos utentes de Lar Residencial (52,3 %) também desempenhava de forma autónoma a generalidade das atividades indicadas, à exceção do ‘banho’ e ‘vestir-se’ em que a maioria dos utentes (69,8 % e 59,5 %, respetivamente) necessitava de apoio.

<sup>33</sup>A questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) - Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência - procura aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma. A resposta à questão baseia-se na avaliação subjetiva realizada pelos técnicos.

**Figura 68 – Distribuição percentual dos utentes em CACI (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2022**

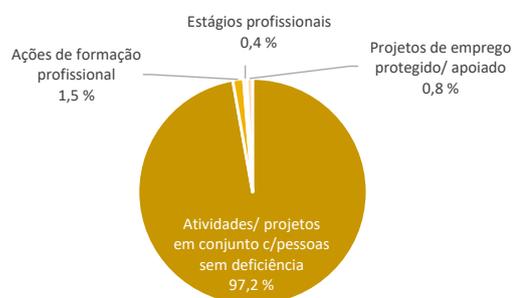


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A prevalência dos problemas nas funções mentais nos utentes que frequentavam as respostas CACI e Lar Residencial, mantém-se em 2022, associando-se, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e do movimento, nomeadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

Do universo de utentes que frequentavam a resposta CACI, em 2022, cerca de metade (51,9 %) participou em atividades/projetos de inclusão na sociedade. Do conjunto de utentes envolvidos nestas atividades, 97,2 % participou em ações em conjunto com pessoas sem deficiência.

**Figura 69 – Distribuição percentual dos utentes em CACI com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.3 Pessoas Idosas <sup>34</sup>

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, o **Centro de Dia** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD)** consistem nas **respostas sociais** com maior representatividade no âmbito da RSES **dirigidas às Pessoas Idosas**. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência da pessoa idosa e de esta se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas destinadas ao apoio a Pessoas Idosas destacam-se, ainda, o **Centro de Convívio**, o **Centro de Noite** e o **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas**.

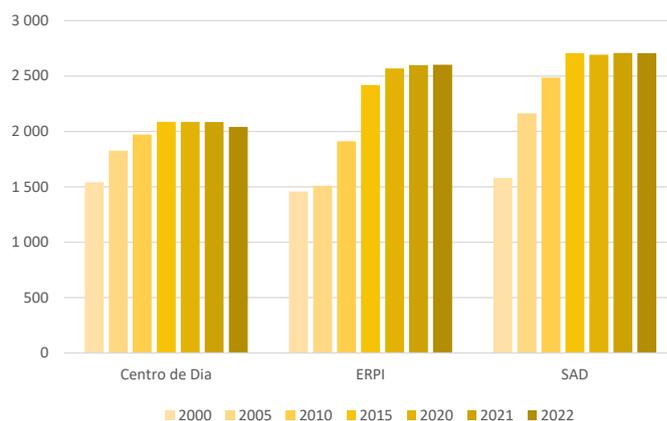
#### 3.3.1. Número de respostas sociais

A evolução das respostas sociais dirigidas a Pessoas Idosas evidenciou, entre 2000 e 2022, uma tendência de crescimento. Quando consideradas as principais respostas<sup>35</sup>, o aumento foi de 60,4 %, traduzindo 2768 novas respostas.

O ERPI e o SAD foram as respostas, neste domínio, que mais cresceram no período 2000-2022 (78,4 % e 71,2 %, respetivamente) e que registaram maior oferta.

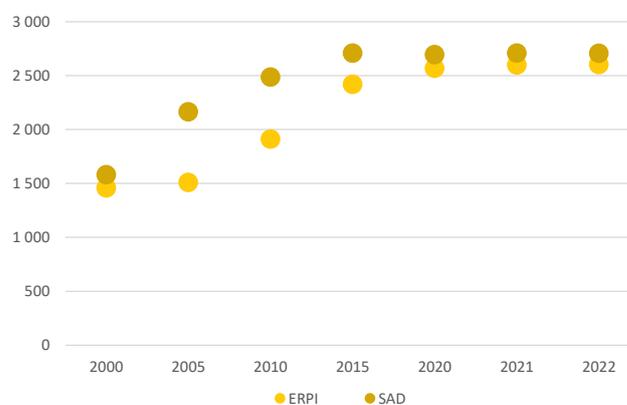
No ano de 2022 contabilizaram-se, no território continental, 7349 respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia. A resposta de SAD era a que apresentava um maior peso relativo, correspondendo a 36,8 % das principais respostas para a população idosa.

Figura 70 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 71 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>34</sup> A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

<sup>35</sup> ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

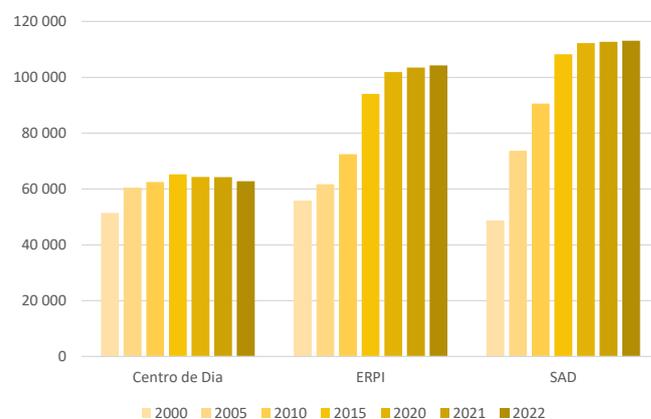
### 3.3.2. Capacidade

A evolução do número de lugares nas respostas para as Pessoas Idosas tem acompanhado a tendência de crescimento, revelando um acréscimo de 65,5 %, entre 2000 e 2022, no território continental, ou de 79,6 % quando considerados apenas o Centro de Dia, o ERPI e o SAD.

Em 2022, o número de lugares destinados ao apoio às Pessoas Idosas era superior a 300 000. Destes, 280 223 lugares (93,0 %) eram em Centro de Dia, ERPI e SAD.

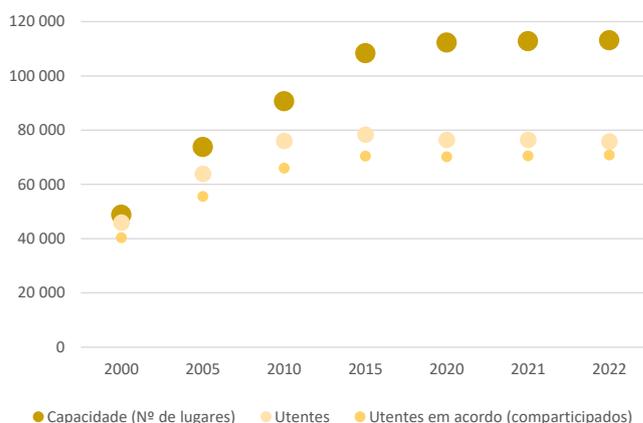
Em 2022, o SAD constituía a resposta, neste conjunto, com maior oferta de lugares (113 081 lugares), sendo que 63 % se encontravam abrangidos por acordos de cooperação com a Segurança Social<sup>36</sup>. É de salientar, contudo, que o número de utentes que recebe apoio de SAD não tem acompanhado a tendência de aumento do número de lugares, evidenciando, contrariamente, um decréscimo e uma subutilização desta resposta.

**Figura 72 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 73 – Evolução da capacidade, do número de utentes e utentes participados na resposta social SAD, Continente – 2000-2022**

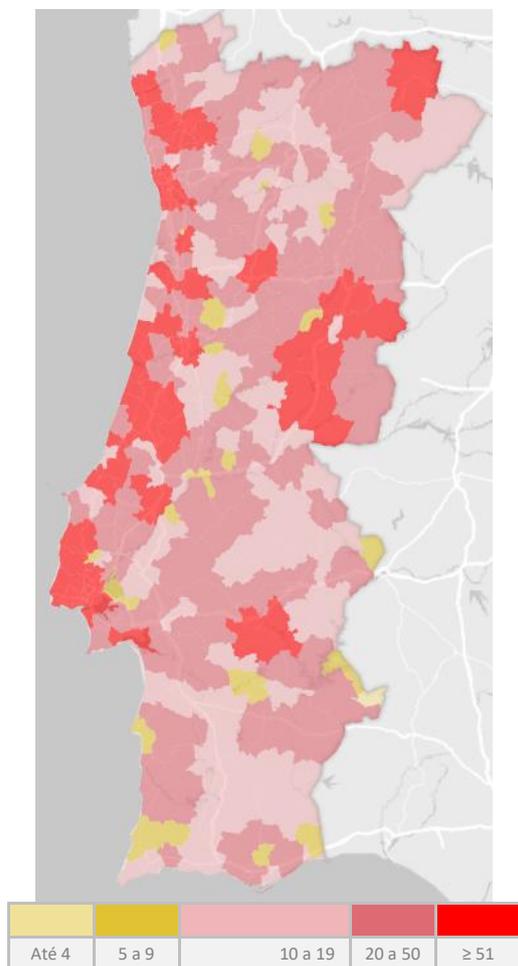


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>36</sup> O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os ME, MTSSS e do MS e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela UMP, a CNIS, a UM e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, que define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

### 3.3.3. Distribuição territorial

Figura 74 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2022

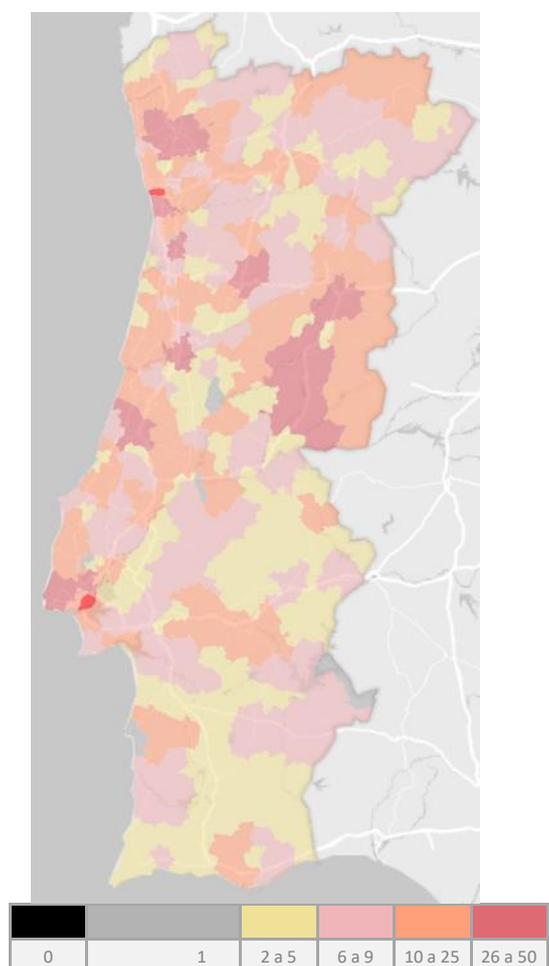


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial de respostas dirigidas à População Idosa revela a sua presença por todo o território continental, todavia as regiões Norte e Centro evidenciam uma maior concentração da oferta. Dos 278 concelhos do Continente, 252 dispunha de dez ou mais respostas sociais para os mais idosos.

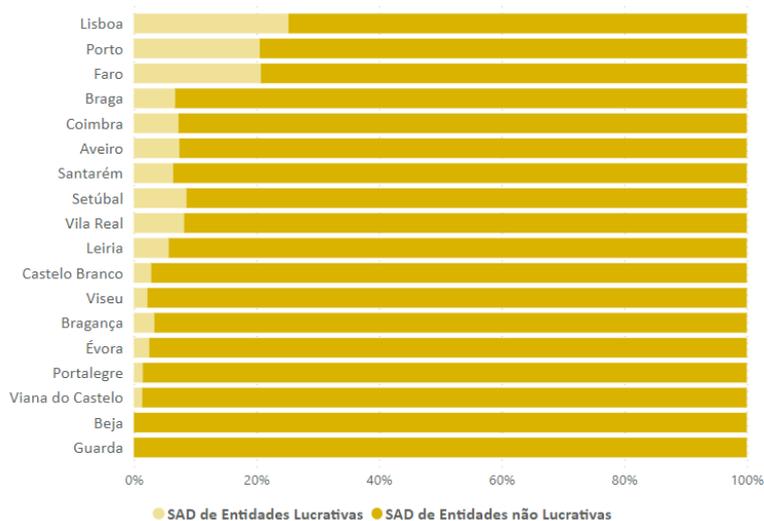
O Apoio Domiciliário era desenvolvido, em 2022, maioritariamente por parte de entidades não lucrativas, designada-

Figura 75 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 76 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

mente da rede solidária. Contudo, as entidades da rede privada-lucrativa apresentavam uma proporção considerável (acima de 20,0 %) na oferta destas respostas nos distritos de Lisboa e Porto.

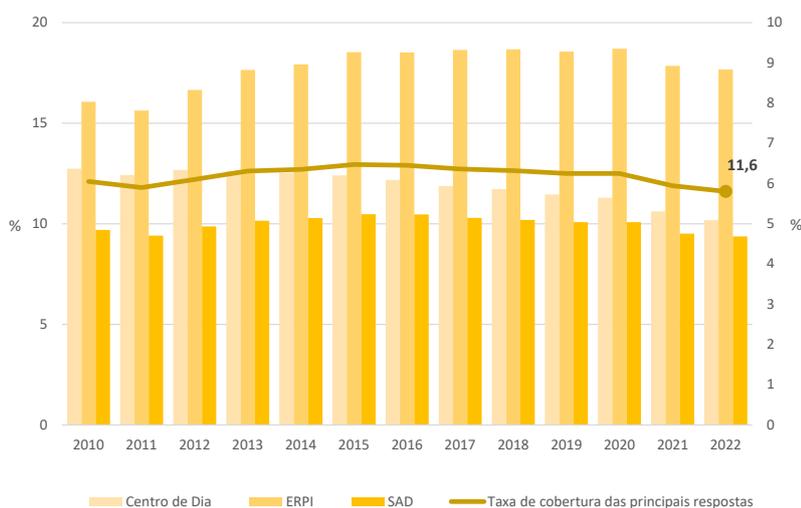
### 3.3.4. Taxa de cobertura

A capacidade de resposta no apoio à População Idosa tem evoluído de forma positiva, todavia o aumento acelerado da população com 65 ou mais anos tem condicionado o crescimento da taxa de cobertura<sup>37</sup> destas respostas.

Em 2022, a taxa de cobertura média das principais respostas<sup>38</sup> que visam o apoio a Pessoas Idosas, no Continente, cifrou-se em 11,6 %, traduzindo um decréscimo iniciado em 2021<sup>39</sup>.

O ERPI constituía a resposta com maior taxa de cobertura média, no território Continental, fixando-se, em 2022, em 8,8 %.

Figura 77 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2022<sup>1</sup>



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2022  
GEP-MTSSS, Carta Social

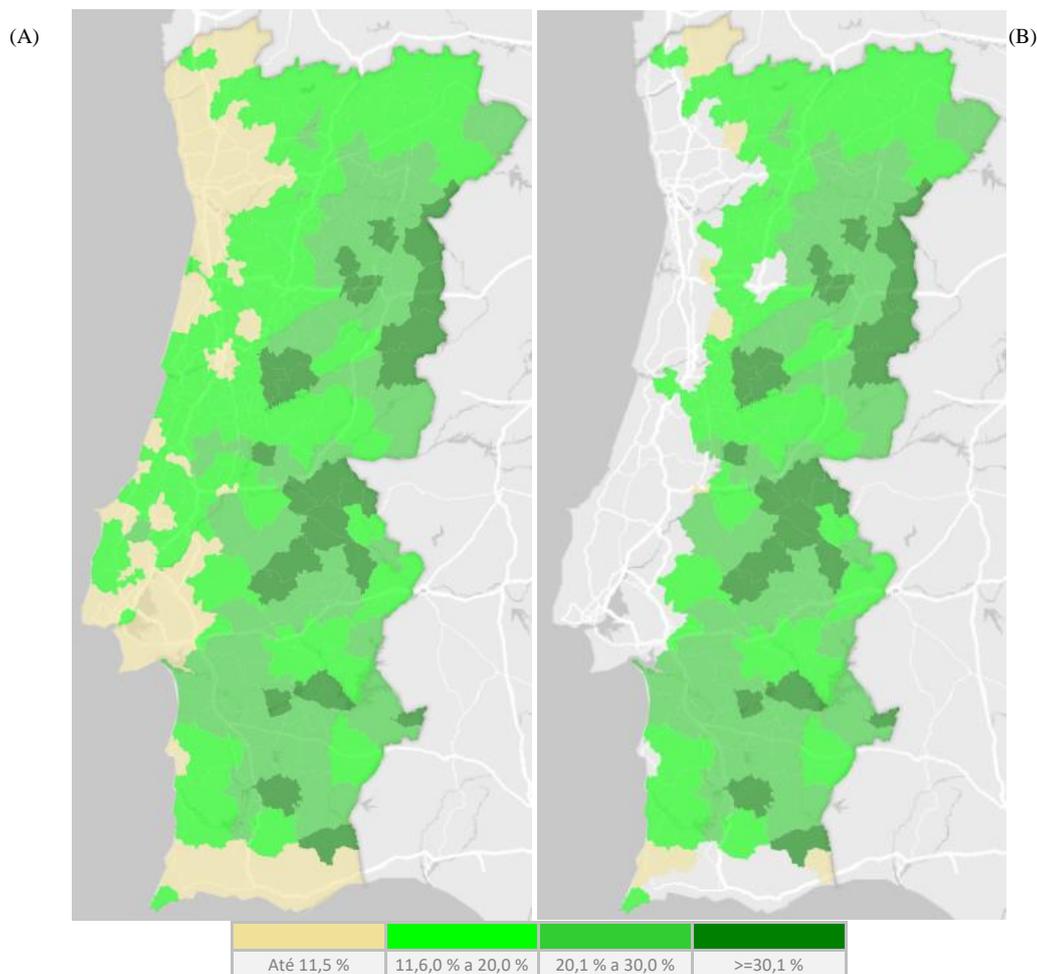
Nota: <sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017 e 2021

<sup>37</sup> Para o cálculo da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise:  $(\text{Capacidade total das respostas ERPI} + \text{Centro de Dia} + \text{SAD}) / \text{População} \geq 65 \text{ anos} \times 100$ .

<sup>38</sup> ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

<sup>39</sup> As taxas de cobertura relativas a 2021 foram revistas, atendendo à revisão das Estimativas da População Residente de 2021 (INE), em função dos resultados definitivos dos Censos 2021, resultando numa quebra de série.

Figura 78 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por concelho (A) e em Territórios de Baixa Densidade por concelho (B) – 2022



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2022  
GEP-MTSSS, Carta Social

Em termos territoriais, 68,0 % dos concelhos do território continental, ou seja 189 em 278, apresentava uma taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas igual ou superior à média do Continente (11,6 %), em 2022. As áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, bem como a região Algarvia, apresentavam as menores taxas de cobertura.

Quando considerados os territórios de baixa densidade<sup>40</sup>, apenas dez concelhos (num total de 165), em 2022, registaram uma taxa de cobertura abaixo da média no Continente. De salientar, ainda, que 93,6 % das respostas destinadas a este grupo-alvo eram desenvolvidas por entidades não lucrativas nestes territórios.

<sup>40</sup> Utilizou-se a lista constante da Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) Portugal 2020 de 01/07/2015, que classificou 165 Municípios como territórios de baixa densidade, adotando uma abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades.

### 3.3.5. Taxa de utilização

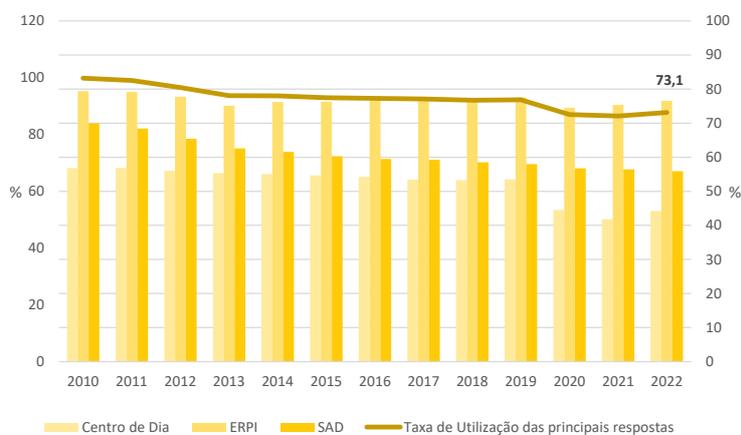
A taxa de utilização<sup>41</sup> média das principais respostas sociais<sup>42</sup> dirigidas à população idosa fixou-se, em 2022, em 73,1 %, invertendo a tendência que se tem registado nos últimos anos. No período 2010-2022, observou-se uma redução de 12,1 % da utilização média das principais respostas para esta população, que se agravou a partir de 2020 (- 4,8 %).

A resposta ERPI apresentou a taxa de utilização média mais elevada, no território continental, com 91,8 % dos lugares ocupados em 2022. O SAD e o Centro de Dia registaram taxas de utilização de 67,1 % e 53,1 %, respetivamente, evidenciando baixos níveis de procura.

A distribuição territorial revela uma baixa utilização por todo o território continental, mais notória nos concelhos das regiões Centro e Alentejo.

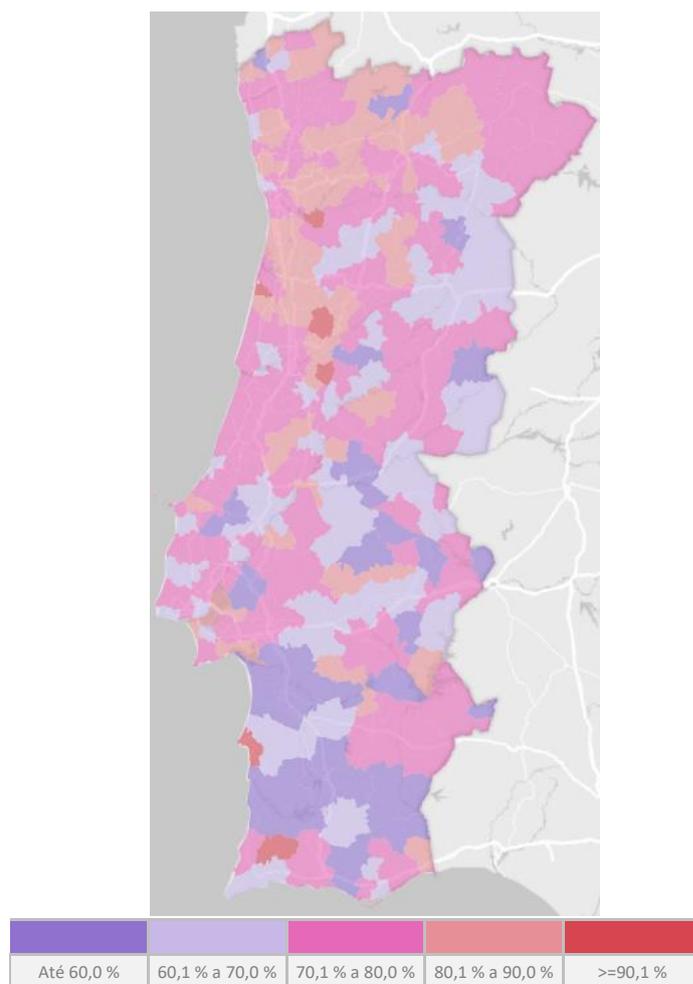
Dos 278 de concelhos do Continente, 70 apresentavam taxas de utilização das principais respostas para a população idosa acima de 80,0 %, em 2022.

Figura 79 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 80 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2022



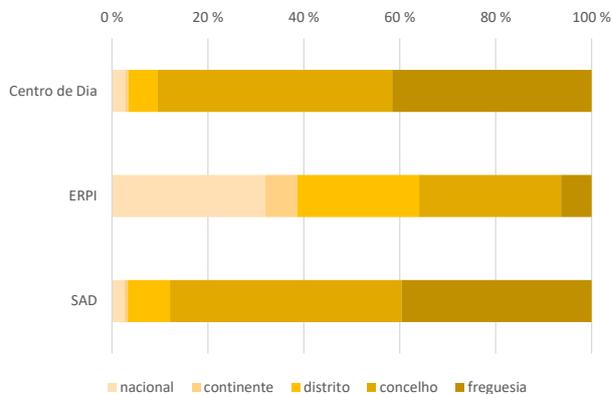
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>41</sup> Para o cálculo da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise:  $(\text{Número total de utentes das respostas ERPI} + \text{Centro de Dia} + \text{SAD}) / \text{Capacidade total das respostas ERPI} + \text{Centro de Dia} + \text{SAD}) \times 100$ .

<sup>42</sup> ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

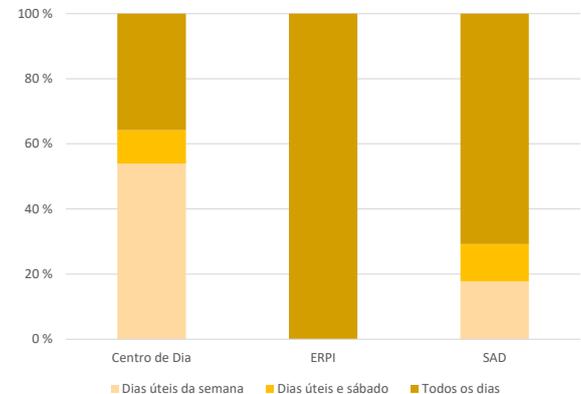
### 3.3.6. Funcionamento

**Figura 81 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 82 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2022**



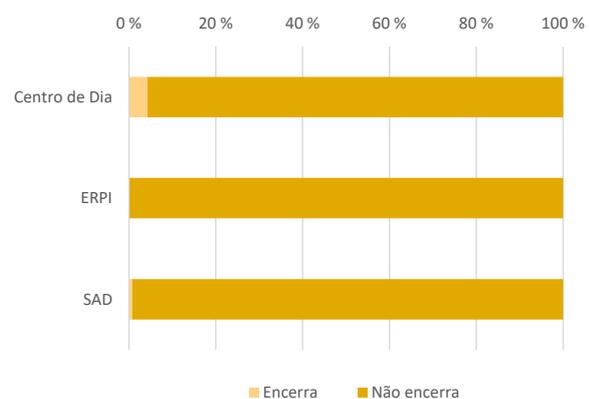
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

As respostas de Centro de Dia e de SAD, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio aos idosos e à família durante o período diurno, acolhiam, em 2022, maioritariamente utentes provenientes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento. No caso da ERPI, em 2022, 64,0 % dos utentes eram oriundos de outros concelhos ou distritos do território continental.

Quanto ao período de funcionamento, enquanto cerca de metade (53,9 %) das respostas de Centro de Dia funcionava apenas nos dias úteis, 70,7 % dos SAD prestava serviço todos os dias da semana. A resposta ERPI, atendendo tratar-se de uma resposta residencial com um período de funcionamento 24 horas por dia, funcionava durante todos os dias da semana.

Do conjunto das principais respostas para as pessoas idosas, apenas 4,3 % dos Centro de Dia indicaram, em 2022, encerrar para férias.

**Figura 83 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas com encerramento para férias, Continente – 2022**



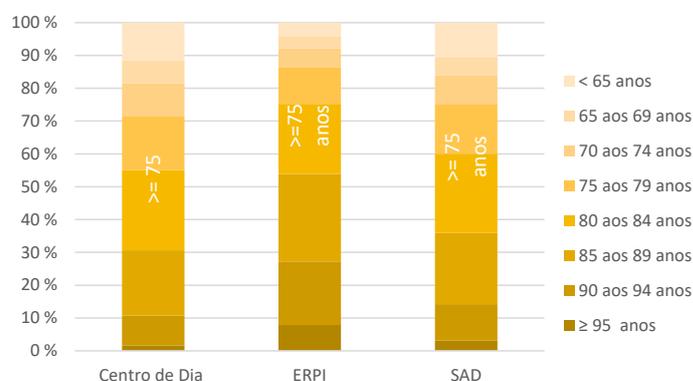
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.3.7. Caracterização dos utentes

A distribuição etária dos utentes das respostas dirigidas à população idosa, no ano de 2022, revelava uma predominância dos utentes com 75 ou mais anos em todas as respostas (72,6 % em Centro de Dia, 75,4 % em SAD e 86,5 % em ERPI), evidenciando uma utilização destes serviços em fases cada vez mais tardias. Se em Centro de Dia e SAD, o escalão etário com maior peso relativo fixava-se entre os 80 e 84 anos, em ERPI o escalão etário dos 85 aos 89 anos era o que detinha maior representação.

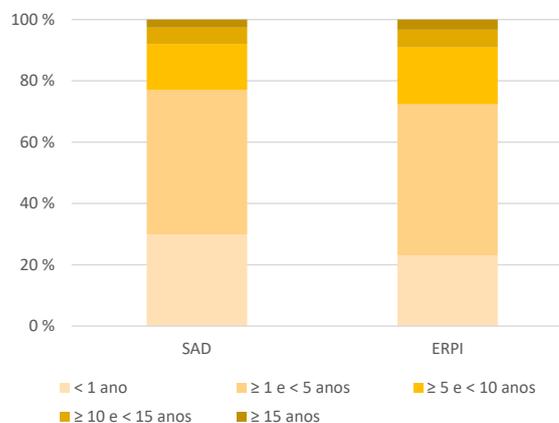
O tempo de permanência, em 2022, nas respostas de SAD e de ERPI de mais de 70 % dos utentes (76,9 % e 72,4 %, respetivamente) era no máximo de 5 anos. De referir, porém, que cerca de 9,1 % dos utentes de ERPI já estava na resposta há 10 ou mais anos.

Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

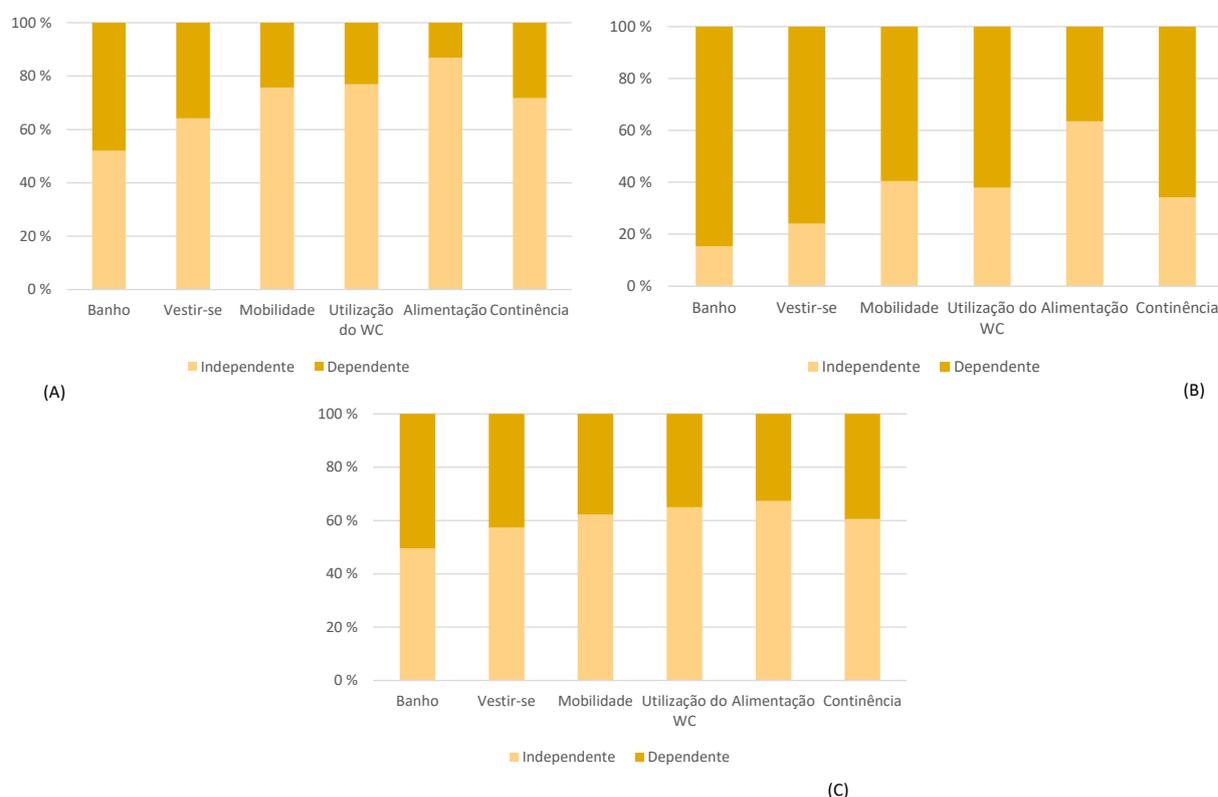
Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Quanto ao nível de incapacidade, eram visíveis as diferenças que distinguiam os utentes de Centro de Dia, ERPI e SAD. A análise da capacidade para a realização de atividades básicas de vida diária<sup>43</sup> sugeria níveis de dependência elevados na resposta ERPI em todas as atividades avaliadas, por oposição às restantes respostas, nas quais a maioria dos utentes era autónomo na generalidade das atividades avaliadas. De salientar que a atividade ‘banho’ era a que revelava uma maior necessidade de apoio, com cerca de 48 % dos utentes de Centro de Dia, 50,4 % dos utentes de SAD e 84,7 % dos utentes de ERPI dependentes para a realização desta atividade.

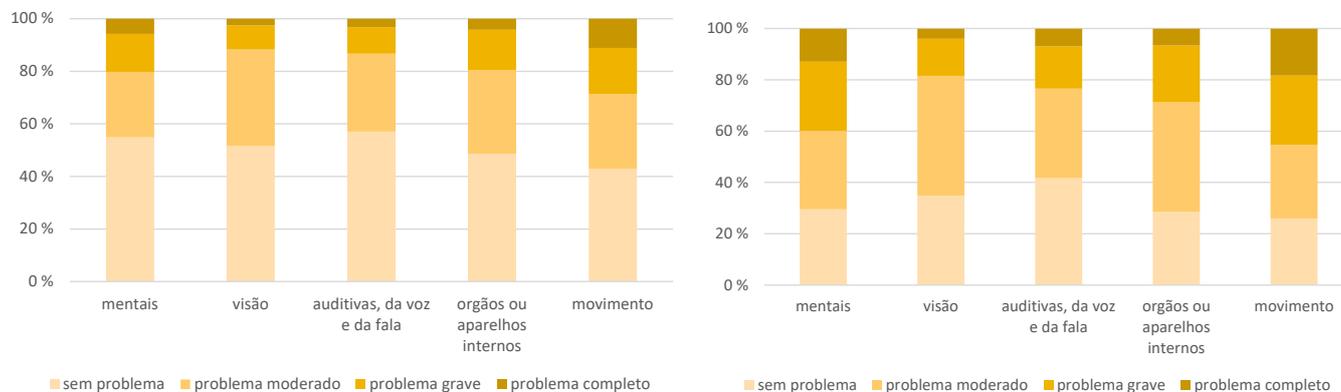
**Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia (A), ERPI (B) e SAD (C) por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>43</sup> A questão sobre as ABVD - Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência - procura aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma. A resposta à questão baseia-se na avaliação subjetiva realizada pelos técnicos.

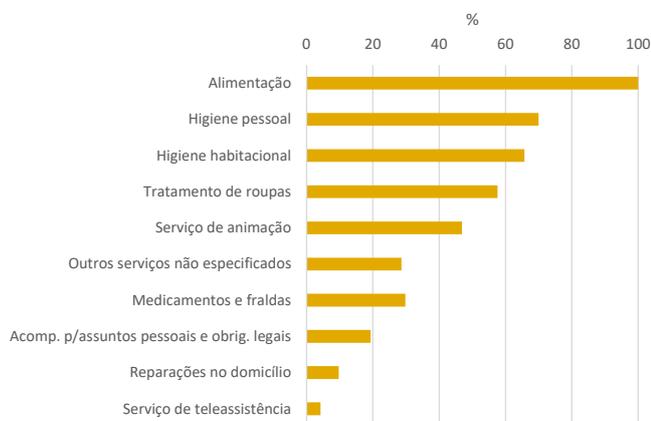
Figura 87 – Distribuição percentual dos utentes em SAD (A) e em ERPI (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

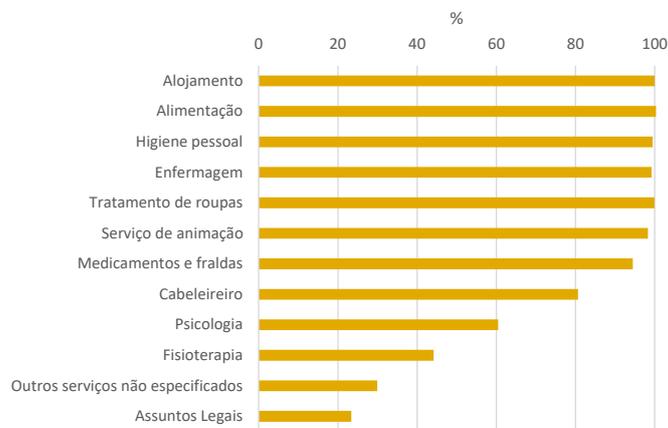
Em 2022, 57 % dos utentes de SAD apresentavam algum tipo de problema ao nível do movimento e 51,3 % no funcionamento dos órgãos ou aparelhos internos, podendo este comprometimento ser moderado ou total. Para as restantes funções do corpo (mentais, visuais, auditivas ou da voz), a maioria dos utentes não apresentava ainda qualquer problema a esse nível. Em sentido oposto, no caso dos utentes de ERPI, a maioria apresentava problemas em todas as funções do corpo. Em 2022, no território continental, 74,2 % dos utentes desta resposta apresentava comprometimento no movimento e 71,5 % nos órgãos e aparelhos internos. Os problemas nas funções mentais atingiam 70,5 % dos utentes de ERPI, apresentando-se como o terceiro tipo de problema mais frequente entre os utentes.

**Figura 88 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 89 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A oferta de serviços de apoio dirigidos a Pessoas Idosas tem crescido nos últimos anos, designadamente no âmbito das respostas ERPI e SAD. Nas respostas ERPI têm ganho expressão os serviços de fisioterapia, psicologia e de cabeleireiro, enquanto nos SAD, para além dos serviços de base, também já são disponibilizados em algumas respostas serviços de animação, acompanhamento dos utentes para resolução de assuntos pessoais e obrigações legais, reparações no domicílio e teleassistência.

### 3.4 Família e Comunidade

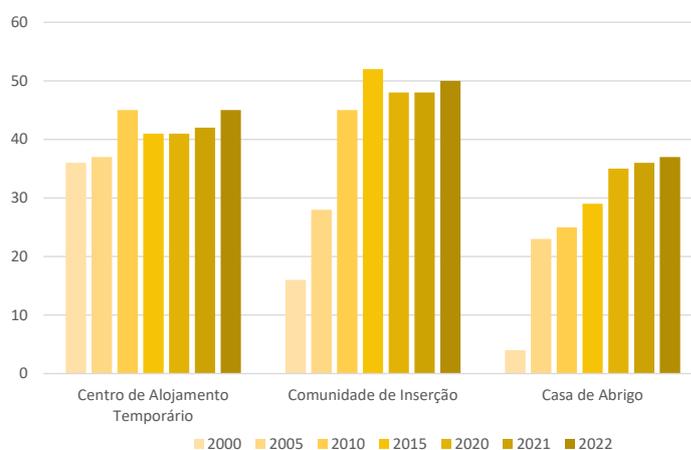
As **respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade** têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social. O **Centro de Alojamento Temporário (CAT)**, a **Comunidade de Inserção** e a **Casa de Abrigo** constituem algumas das respostas dirigidas a este grupo-alvo, de que ainda fazem parte o **Refeitório/Cantina Social**<sup>44</sup> e o **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)**<sup>45</sup>, entre outras. É de referir, ainda, que a resposta de **Ajuda Alimentar** desenvolvida no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) foi integrada na Carta Social em 2020.

#### 3.4.1. Número de respostas sociais

A evolução das respostas de apoio à Família e Comunidade no território continental, revelou, entre 2000 e 2022, um crescimento. Quando considerado o conjunto das três principais respostas em análise<sup>46</sup>, o aumento cifrou-se em 135,7 %, refletindo o apoio desenvolvido essencialmente por entidades não lucrativas com participação pública.

A Comunidade de Inserção e a Casa de Abrigo, constituem as respostas que maior desenvolvimento apresentaram no período 2000-2022. Seguindo a tendência do ano anterior, em 2022, o Centro de Alojamento Temporário, a Comunidade de Inserção e a Casa de Abrigo registaram um aumento do número de respostas sociais existentes.

Figura 90 – Evolução de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>44</sup> Atendendo ao facto da informação obtida não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata de respostas instituídas, nos últimos anos, no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do Programa de Emergência Social (PES), optou-se por não apresentar a informação relativa à resposta Refeitório/Cantina Social.

<sup>45</sup> No âmbito do processo de transferência de competências para as Autarquias Locais, em curso, esta resposta social deixará de ser tutelada pela Segurança Social.

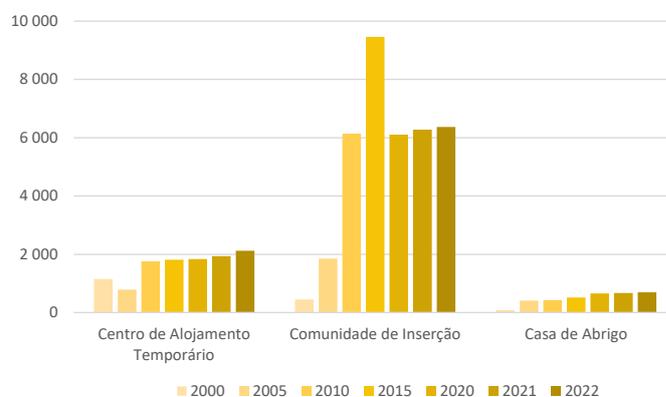
<sup>46</sup> CAT, Comunidade de Inserção e Casa de Abrigo.

### 3.4.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a este grupo-alvo tem acompanhado o aumento do número de respostas. À semelhança dos anos anteriores, a Comunidade de Inserção, embora com algumas oscilações no período em análise, consistia na resposta que dispunha de maior capacidade e também aquela cuja capacidade mais cresceu, seguida da Casa de Abrigo.

No ano 2022, registavam-se 6368 lugares em Comunidade de Inserção, 2124 lugares em Centro de Alojamento Temporário e 699 lugares em Casa Abrigo, verificando-se um aumento da capacidade destas respostas sociais, comparativamente a 2021.

Figura 91 – Evolução da capacidade de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2022

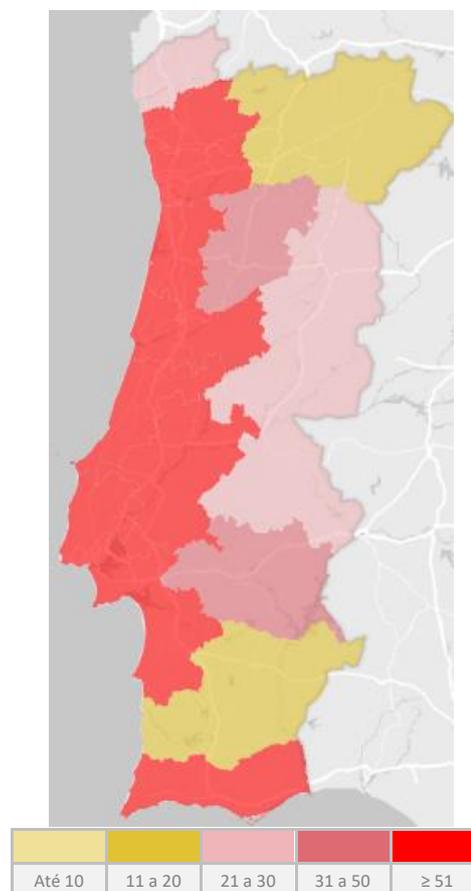


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.4.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas ao apoio à Família e Comunidade evidenciava, em 2022, uma concentração acentuada de respostas nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Os distritos de Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal reuniam, em conjunto, cerca de 49,0 % da oferta no Continente.

Figura 92 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.4.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização média das principais respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade em análise<sup>47</sup>, registou no período 2010-2022 algumas oscilações. Contudo, destaca-se uma estabilização da utilização em torno dos 80,0 %, desde 2016. Em 2022, a taxa de utilização média situou-se em 82,2 %, descendo 1,3 p.p. face à registada em 2021.

Figura 93 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2010-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

No ano de 2022, das três principais respostas em análise, a Comunidade de Inserção foi a que apresentou uma maior taxa de utilização, atingindo os 83,5 %.

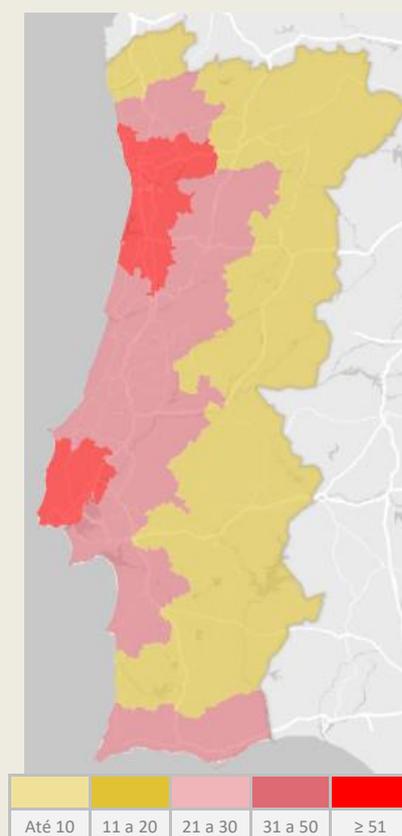
<sup>47</sup> CAT, Comunidade de Inserção e Casa de Abrigo.

### 3.4.5. A resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar

O **Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)**, aprovado pela Comissão Europeia (CE), através da Decisão de Execução C (2014) 9621, de 17 de dezembro de 2014, coordenado sob a responsabilidade conjunta dos Ministros do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Planeamento, mobiliza em Portugal o Fundo Europeu de Apoios às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), tem como objetivos específicos contribuir para atenuar as formas mais graves de pobreza mediante a prestação de assistência às pessoas mais carenciadas, nomeadamente através da concessão de alimentos e ou bens de primeira necessidade e a realização de atividades de inclusão social vocacionadas para a integração social de pessoas nessas condições. Em resultado da celebração de um **memorando de cooperação** entre o GEP e a Autoridade de Gestão do POAPMC, a Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação de 2020, integrou, pela primeira vez, os elementos relativos à atividade de distribuição de Ajuda Alimentar desenvolvida no âmbito do POAPMC no território continental. Por este motivo, a análise desta resposta é feita em separado tendo por base os elementos disponíveis, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação.

No âmbito da distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade às pessoas mais carenciadas, o POAPMC apoia-se num conjunto de entidades parceiras, distinguindo-se as que assumem funções de polo de receção (entidades coordenadoras) que recebem e armazenam os géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade e coordenam a operação, e as que distribuem diretamente os bens aos destinatários finais (entidades mediadoras). Em 2022, encontravam-se registadas na Carta Social 632 respostas/**atividades de distribuição de Ajuda Alimentar**, 96,8 % das quais desenvolvidas no âmbito do POAPMC por entidades mediadoras ou que assumiam simultaneamente funções de coordenação e mediação. A atividade de Ajuda Alimentar encontrava-se disseminada pelo Continente, todavia era notória uma maior presença deste apoio nos distritos mais populosos do litoral. Os distritos de Lisboa, Porto e Aveiro reuniam em conjunto, em 2022, cerca de 35 % deste apoio.

Distribuição territorial da resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar, por distrito – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.4.6. A resposta social Acolhimento Familiar

#### *Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens*

A resposta **Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens**<sup>48</sup> destina-se a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo a quem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Esta resposta consiste numa medida de carácter temporário, concretizada através da atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a integração em meio familiar, bem como a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. O seu objetivo, prosseguido através das famílias de acolhimento, é assegurar à criança ou ao jovem um meio sociofamiliar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto esta não disponha de condições. Para além disso, constituem, também, objetivos da resposta afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra, proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

#### *Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência*

O **Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência ou Incapacidade**<sup>49</sup>, resposta desenvolvida por famílias consideradas idóneas, consiste no acolhimento familiar de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos ou de pessoas adultas com deficiência ou incapacidade (com idade igual ou superior a 18 anos), de forma temporária ou permanente e a tempo completo ou a tempo parcial. O objetivo desta resposta é assegurar à pessoa um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade.

Pese embora disponha de enquadramento e objetivos distintos conforme o grupo-alvo a que se destina, a resposta de Acolhimento Familiar<sup>50</sup>, no âmbito deste relatório, continua a ser analisada de forma agregada.

---

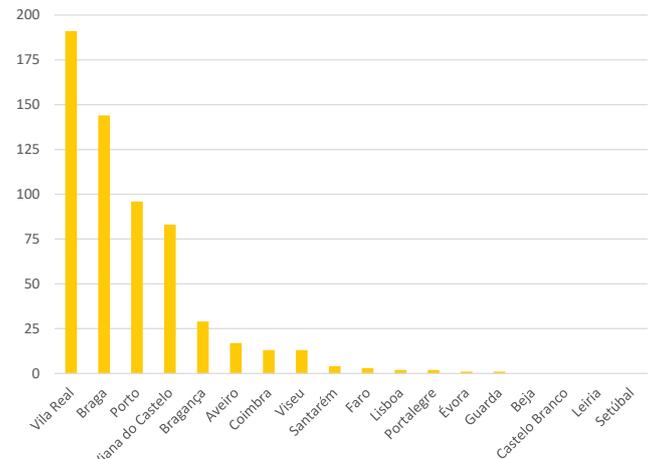
<sup>48</sup> O Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, veio regular o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo.

<sup>49</sup> O regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência é regulado pelo Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro.

<sup>50</sup> A informação relativa à resposta de Acolhimento Familiar é recolhida e atualizada por via administrativa, não sendo alvo de atualização pelas entidades.

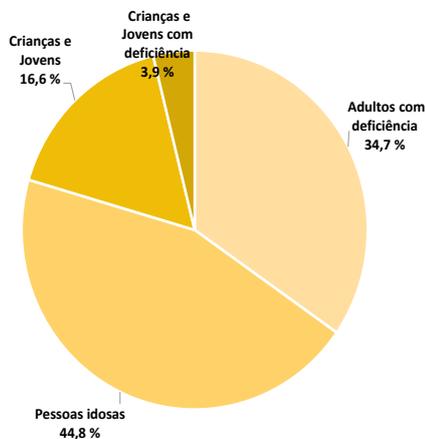
Invertendo a tendência decrescente que se verificava desde 2019, em 2022, registou-se um aumento no número de famílias de acolhimento, face a 2021, contabilizando-se 599 famílias no Continente. É de destacar que, em 2022, cerca de 96,0 % das famílias de acolhimento estavam concentradas em sete distritos das regiões Norte e Centro (Vila Real, Braga, Porto, Viana do Castelo, Bragança, Aveiro e Viseu), o que revela a fraca disseminação desta resposta no restante território do Continente. De realçar o surgimento desta resposta, em 2022, nos distritos de Lisboa e Santarém. Os distritos de Beja, Castelo Branco, Leiria e Setúbal, não dispunham de qualquer Família de Acolhimento.

**Figura 94 – Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito – 2022**



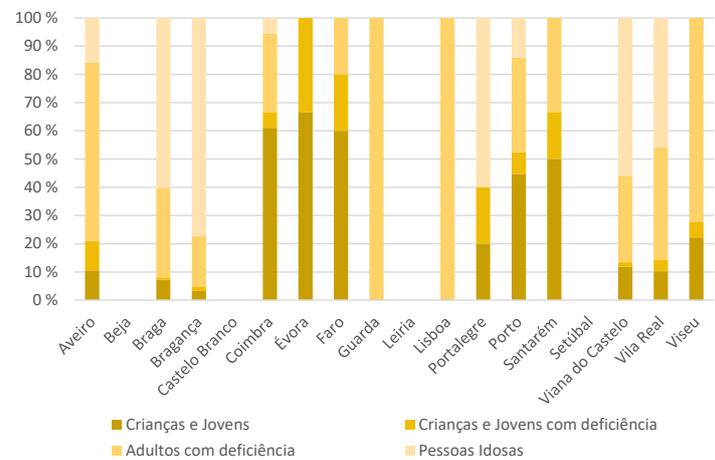
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 95 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 96 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2022**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Do universo de pessoas acolhidas em Famílias de Acolhimento, em 2022, as Pessoas Idosas representavam 44,8 % do total. As Famílias de Acolhimento de pessoas mais idosas concentravam-se em oito distritos, maioritariamente da região Norte. As Crianças e Jovens, embora constituíssem o terceiro grupo-alvo em termos de peso relativo (16,6 %), estavam dispersas num maior número de distritos do território continental (12 distritos).

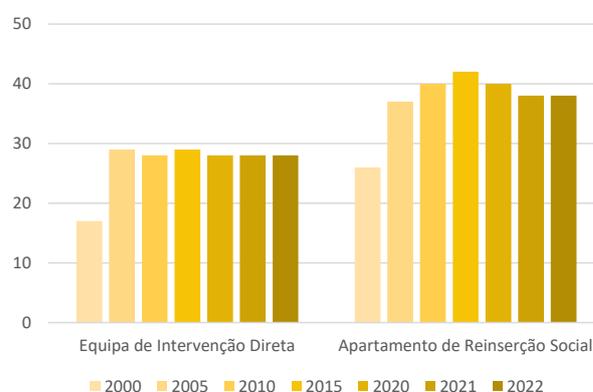
### 3.5 Pessoas com Comportamentos Aditivos

As respostas sociais dirigidas a **Pessoas com Comportamentos Aditivos** direcionam-se para o apoio a pessoas com comportamentos aditivos e às respetivas famílias, quer através de **unidades de intervenção**, quer em equipamento, por via do **acolhimento temporário destas pessoas** que após a sua saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontam com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

#### 3.5.1. Número de respostas sociais

As respostas sociais destinadas a Pessoas com Comportamentos Aditivos evidenciaram, entre 2000 e 2022, no território continental, um crescimento de cerca de 54,0 %, que se traduziu em mais 23 novas respostas.

Figura 97 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Continente –2000-2022

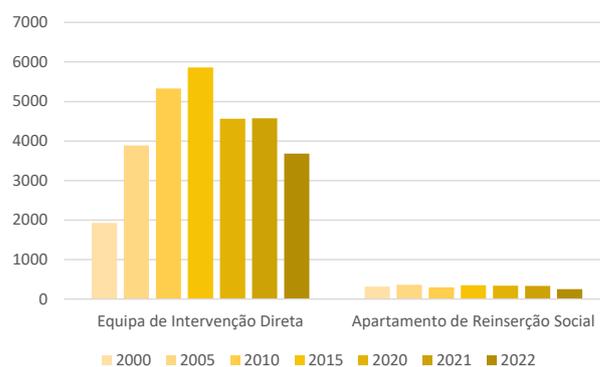


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

#### 3.5.2. Capacidade

No que diz respeito à respetiva capacidade, no período em análise (2000-2022), embora a partir de 2015 se tenha verificado uma descida da oferta, o crescimento no total da capacidade de apoio nas respostas dirigidas a este grupo-alvo foi de 75,4 %. No ano de 2022, contabilizavam-se 3934 lugares, verificando-se uma diminuição de 975, face aos existentes em 2021.

Figura 98 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

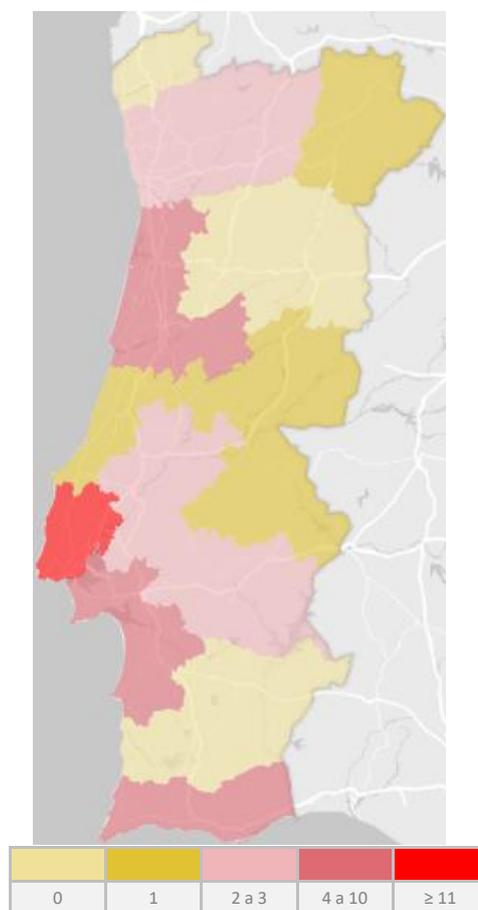
De referir, ainda, que as Equipas de Intervenção Direta representavam, em 2022, cerca de 94,0 % da capacidade de resposta para Pessoas com Comportamentos Aditivos.

### 3.5.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo evidenciavam, em 2022, grandes assimetrias no território continental. Os distritos situados ao longo da faixa litoral continuavam a registar um número mais elevado de respostas dirigidas às Pessoas com Comportamentos Aditivos.

Lisboa era, em 2022, o distrito com maior número deste tipo de respostas, concentrando 40,9 % do número total das respostas existentes. Por seu turno, os distritos de Beja, Guarda, Viana do Castelo e Viseu não dispunham, em 2022, qualquer resposta deste tipo.

Figura 99 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, distrito – 2022

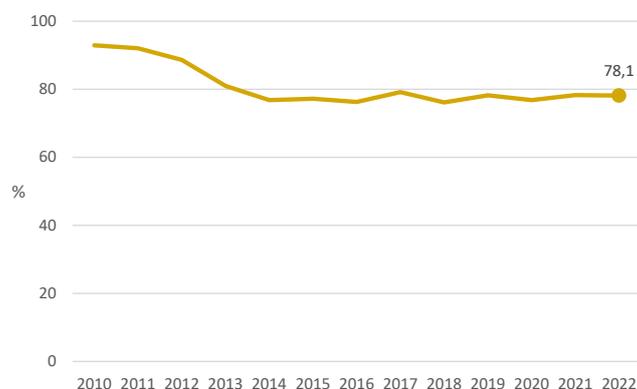


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.5.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social situou-se, em 2022, em 78,1 %, apresentando uma descida de 0,1 p.p. face a 2021.

Figura 100 – Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2010-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

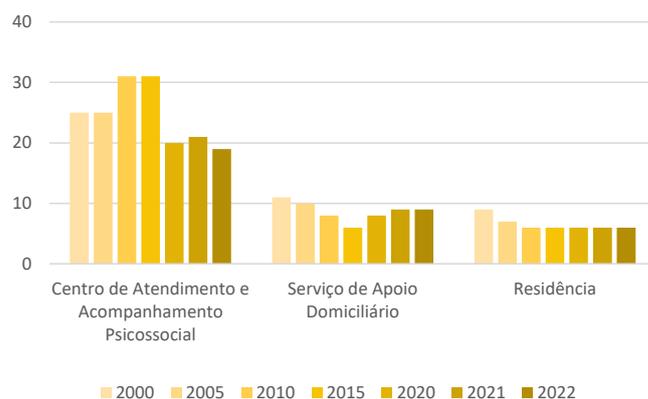
### 3.6 Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias

As respostas sociais que visam o **apoio a pessoas com VIH/SIDA e às suas famílias** têm por objetivo a promoção da autonomia, integração social e a saúde, dividem-se em três tipos: **Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial**, **Serviço de Apoio Domiciliário** e **Residência para Pessoas com VIH/SIDA**.

#### 3.6.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas a pessoas com VIH/SIDA apresentou uma tendência de decréscimo (- 24,0 %), entre 2000 e 2022. As tipologias de SAD e de Residência, mantiveram, a 31 de dezembro de 2022, o número de respostas face às existentes em 2021, registando-se uma diminuição de 2 respostas sociais na tipologia de Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, quando comparado com o período homólogo de 2021.

Figura 101 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2022



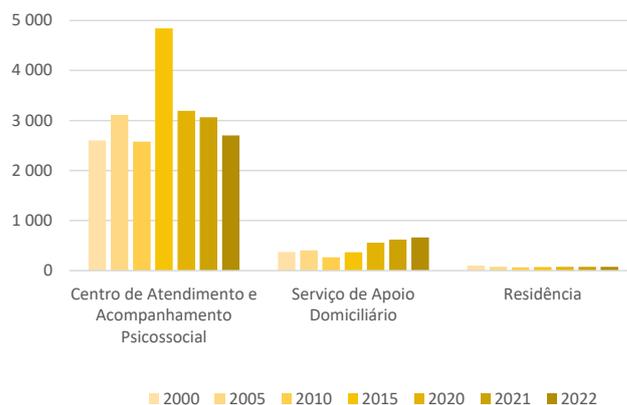
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

#### 3.6.2. Capacidade

Quanto à capacidade instalada do conjunto das respostas<sup>51</sup> dirigidas a este grupo-alvo é de salientar um crescimento de 11,8 %, no período 2000-2022, não obstante as oscilações registadas nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial ao longo do período.

Das três respostas em análise, em 2022, apenas o SAD registou um aumento da sua capacidade, por comparação a 2021, cifrando-se a sua capacidade em 661 lugares.

Figura 102 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

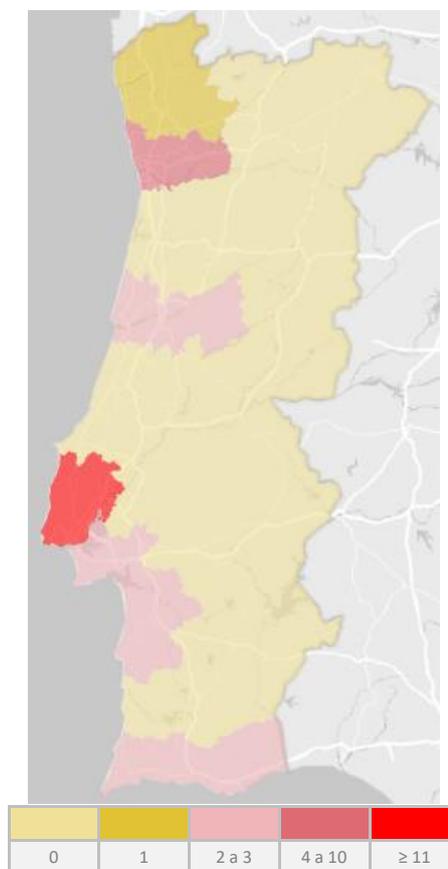
<sup>51</sup> Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, Serviço de Apoio Domiciliário e Residência para Pessoas com VIH/SIDA.

### 3.6.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com VIH/SIDA revelava a presença destas tipologias, apenas, em sete distritos do litoral do território continental, nomeadamente, Viana do Castelo, Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro.

Em 2022, na continuidade de anos anteriores, o distrito de Lisboa reunia a maioria das respostas para esta população alvo (58,8 %), seguido pelo distrito do Porto (11,8 %).

Figura 103 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2022

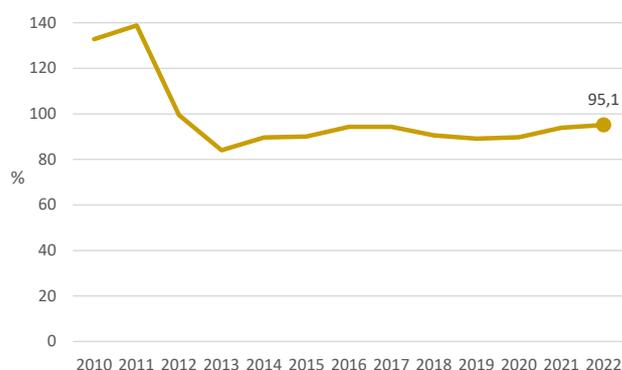


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.6.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas dirigidas a este grupo-alvo, ainda que tenha registado valores acima da lotação máxima até 2011, apresentou, nos últimos anos, uma redução da utilização média, com o ano de 2020 a mostrar uma inversão. A tendência ascendente manteve-se no ano de 2022, com a taxa de utilização média conjunta das respostas sociais dirigidas a Pessoas com VIH/SIDA a situar-se em 95,1 %, o que correspondeu a um aumento de 1,2 p.p. face ao valor registado em 2021.

Figura 104 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2010-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

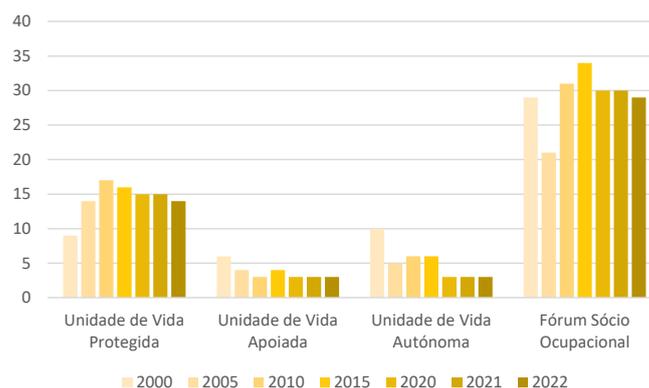
### 3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

As respostas do âmbito da RSES dirigidas a **Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico** abrangem o conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social dirigidas a pessoas com doença mental grave de que resulte incapacidade psicossocial, e que se encontrem em situação de dependência física, psíquica ou social, transitória ou permanente. Estas respostas têm como objetivo promover a reabilitação, a autonomia e a integração sociofamiliar e profissional, dividindo-se em quatro tipos de respostas em função da gravidade da doença e do grau de autonomia da pessoa: **Fórum Socio-ocupacional, Unidade de Vida Autónoma, Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Protegida**.

#### 3.7.1. Respostas sociais

O conjunto das respostas sociais que visa o apoio a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, do âmbito da RSES, registou, no período de análise, alguma oscilação marcada por uma tendência de decréscimo. No ano de 2022, verificou-se uma diminuição no número de respostas, face ao ano anterior (menos 2 que em 2021), registando-se 49 no computo total das quatro respostas em análise<sup>52</sup>.

Figura 105 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Saliente-se que, de acordo com o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2010<sup>53</sup>, de 28 de janeiro, se iniciou a reconversão progressiva destas tipologias de resposta, criadas no âmbito do Despacho Conjunto n.º 407/1998, de 18 de junho, ou respostas idênticas já existentes, em unidades e equipas de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM).

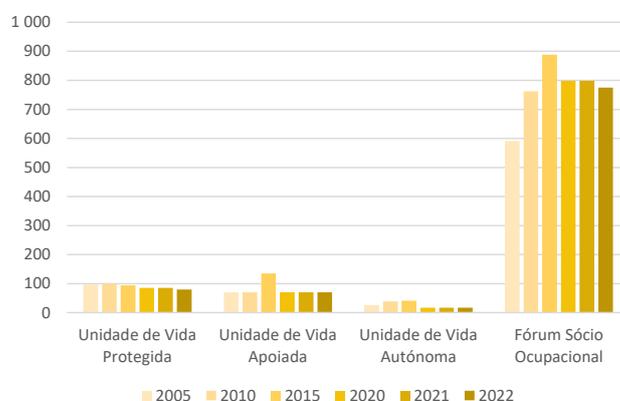
<sup>52</sup> Fórum Socio-ocupacional, Unidade de Vida Autónoma, Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Protegida.

<sup>53</sup> O Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM).

### 3.7.2. Capacidade

Ao nível da capacidade instalada destas tipologias de resposta, é de evidenciar, igualmente, algumas oscilações, no período 2000-2022, com uma tendência de decréscimo, em consonância com o número de respostas. No ano de 2022, registou-se uma diminuição da capacidade instalada (942 lugares) nas quatro respostas referidas, face a 2021, o que responde a uma redução de 16,5 % no período em análise (2000-2022).

Figura 106 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2022



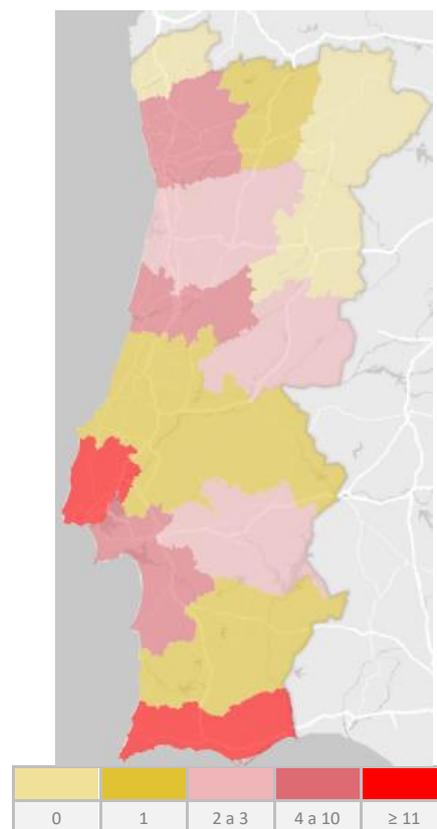
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.7.3. Distribuição territorial

A distribuição de respostas sociais para pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico apresentava, em 2022, grandes assimetrias no território continental, concentrando-se cerca de 60,0 % destas respostas em apenas três distritos (Lisboa, Coimbra e Faro).

Lisboa continuou a ser o distrito com maior número de respostas, alcançando cerca de 36,0 % do total.

Figura 107 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2022

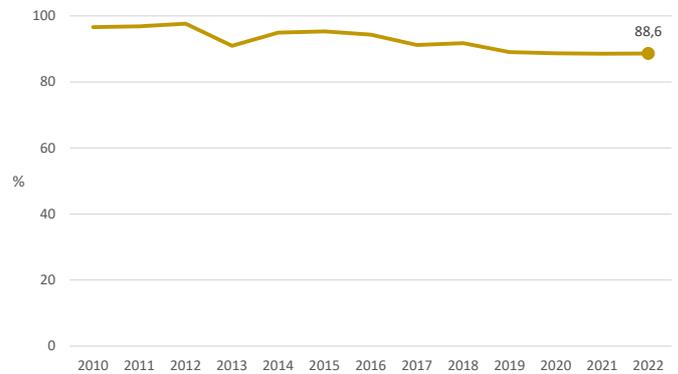


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.7.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização média das respostas sociais direcionadas para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico tem evidenciado uma tendência decrescente, desde 2015, fixando-se, em 2022, em 88,6 %, mantendo o mesmo valor do ano transato.

Figura 108 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.8 Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados

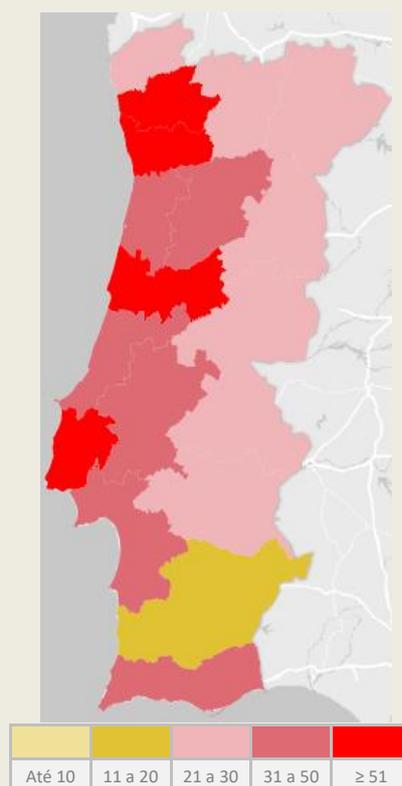
Em 2006, o Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho veio estabelecer a operacionalização da estratégia nacional conjunta entre os setores da saúde e da segurança social para a prestação de cuidados de saúde integrados, através de uma rede nacional e intersectorial, a **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**. Este novo paradigma veio assim agilizar e ajustar as respostas aos grupos de pessoas em situação de dependência e aos diferentes momentos e circunstâncias da própria evolução das patologias e situações sociais, sendo simultaneamente, promotoras de autonomia e participação dos destinatários, reforçando as capacidades e competências das famílias para lidar com essas situações, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento familiar e à harmonização entre a vida familiar e vida profissional. A RNCCI é tutelada pelos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, sendo formada por um conjunto de instituições públicas e privadas que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social.

A RNCCI é constituída por unidades de internamento, designadamente **Unidades de Cuidados Continuados de Convalescença (UC)**, **Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UMDR)**, **Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (ULDM)** e **Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)** de saúde e de apoio social, entre outras unidades de cuidados com menor expressão e dirigidas a grupos específicos, de que são exemplo os **Cuidados Pediátricos** e a **Saúde Mental**.

A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe, desde 2019, informação relativa às unidades e equipas que compõem a RNCCI. Por este motivo, a análise destas unidades tem vindo a ser feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis, para o período 2019-2022. Em 2022, por referência a 31 de dezembro, encontravam-se registadas na Carta Social 723 unidades e equipas de cuidados continuados integrados no território continental (menos 1,1 % face a 2021), 84,0 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária.

Os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra, Faro e Braga concentravam o maior número de unidades/equipas. O número total de lugares fixou-se em 15 900, dos quais cerca de 31,0 % encontravam-se distribuídos pela região Norte.

Distribuição territorial das Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados, por distrito – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição percentual das unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2022

NUTS II	Total (%)	Unidades/ Equipas de entidades lucrativas (%)	Unidades/ Equipas de entidades não lucrativas (%)
Norte	33,2	30,7	33,5
Centro	31,5	34,1	31,2
Área Metropolitana de Lisboa	14,5	28,4	12,6
Alentejo	14,0	3,4	15,4
Algarve	6,8	3,4	7,3
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

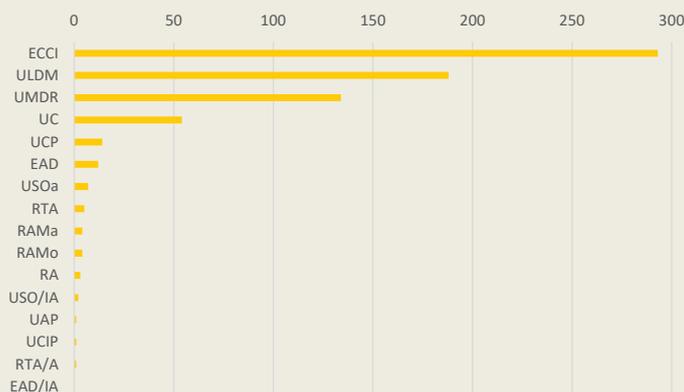
Distribuição territorial da percentagem de lugares em unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2022

NUTS II	Total (%)	Unidades/ Equipas de entidades lucrativas (%)	Unidades/ Equipas de entidades não lucrativas (%)
Norte	31,3	30,5	31,5
Centro	27,7	34,7	26,4
Área Metropolitana de Lisboa	20,9	26,5	19,8
Alentejo	11,9	3,3	13,4
Algarve	8,2	5,0	8,9
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Quanto à tipologia de resposta, as ECCI na vertente domiciliária e as ULDM na vertente de internamento, eram as unidades com maior número de lugares, em 2022, seguidas das UMDR.

Distribuição do número de lugares em unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por tipologia – 2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## 4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: O esforço público

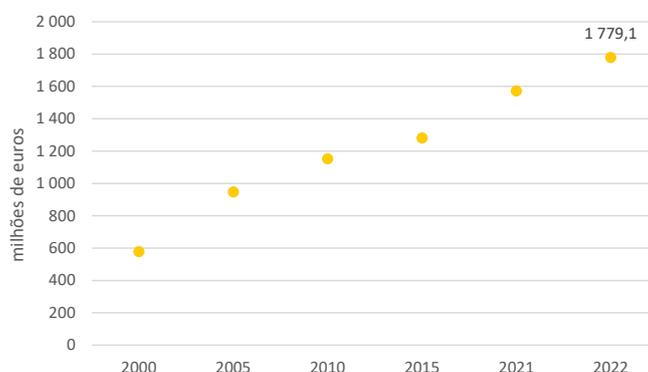
### 4.1. Despesa de funcionamento

O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado pelos acordos de cooperação<sup>54</sup>, celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), pela comparticipação do utente e/ou dos familiares e pelas receitas próprias das instituições.

Entre 2000 e 2022, a despesa pública com acordos de cooperação apresentou um crescimento de 207,2 %, traduzindo a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

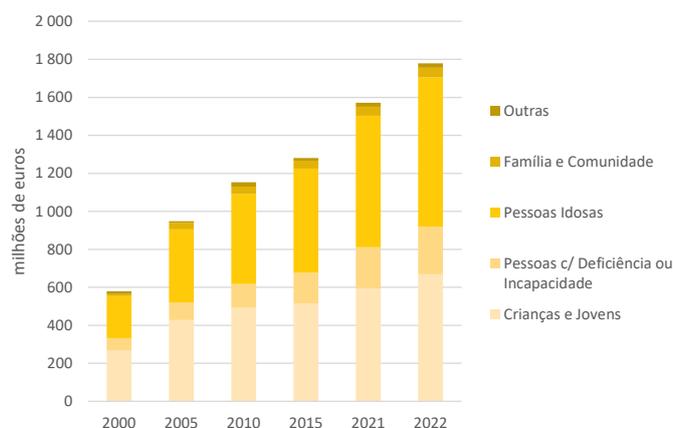
Em 2022, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1779 milhões de euros, 44,2 % da qual dirigia-se a respostas de apoio a Pessoas Idosas e 37,6 % a Crianças e Jovens. É de salientar, a este nível, que a despesa com respostas para a população idosa, ultrapassa desde 2012 a despesa com

Figura 109 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2022



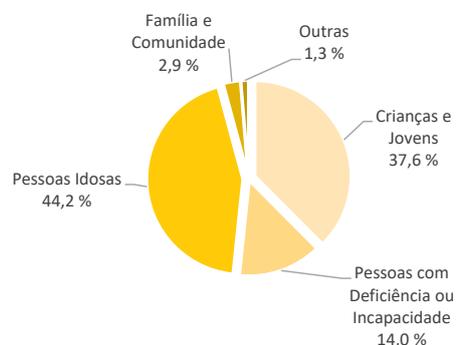
Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social

Figura 110 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2022



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social

Figura 111 – Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2022



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social

<sup>54</sup> O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os ME, MTSSS e o MS e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela UMP, a CNIS, a UM e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

respostas para as Crianças e Jovens, sendo que, em 2022, esta diferença se situava em 116,9 milhões de euros.

A despesa com as respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, embora atingisse, em 2022, os 14,0 %, apresentou, juntamente com a despesa em respostas dirigidas à Família e Comunidade, o crescimento mais acentuado (282,4 % e 384,4 %, respetivamente), entre 2000 e 2022.

#### 4.2. Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social, por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais abrangidas pelo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2021-2022<sup>55</sup>, foi aumentado em 3,6 %, com exceção do valor de comparticipação para as respostas de ERPI e Centro de Dia, cujo aumento foi de 10,6 % e 11,5 %, respetivamente. De forma a mitigar os efeitos da inflação e fazer face a despesas extraordinárias de funcionamento decorrentes do aumento de preços da energia, foi ainda atribuído<sup>56</sup>, em dezembro de 2022, um apoio extraordinário único de mais 2,1 % a todas as respostas sociais, com exceção da resposta de Centro de Dia, ERPI, Lar Residencial, RAI e Casa de Acolhimento, que receberam um apoio único de mais 3,5 %.

As respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade continuavam a constituir as respostas com os valores mais elevados de comparticipação por utente, designadamente o Lar Residencial, o Lar de Apoio e o CACI.

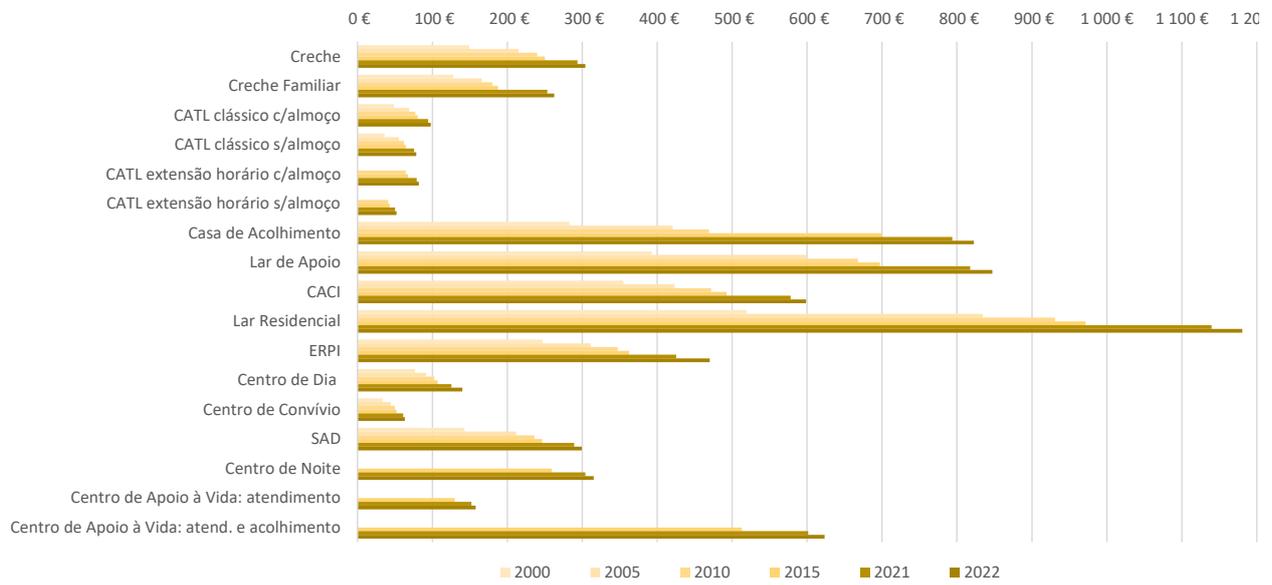
No âmbito das respostas direcionadas para Crianças e Jovens em situação de perigo, a resposta Casa de Acolhimento, por efeito da reestruturação de que foi alvo, beneficiou de um incremento no valor da comparticipação financeira a partir de 2013, constituindo a terceira resposta social com maior comparticipação financeira por utente.

---

<sup>55</sup> Disponível em [https://www.seg-social.pt/documents/10152/453857/Protocolo\\_cooperacao\\_2021\\_2022.pdf/94bc9e17-d0e4-4861-aa3f-f2fe8f470172](https://www.seg-social.pt/documents/10152/453857/Protocolo_cooperacao_2021_2022.pdf/94bc9e17-d0e4-4861-aa3f-f2fe8f470172).

<sup>56</sup> Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2021-2022.

**Figura 112 – Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2022**



Fonte: Protocolos de Cooperação e Compromissos de Cooperação para o Sector Social e Solidário

**ANEXOS**



## **Nomenclaturas e Conceitos**

Aprovadas em 19 de janeiro de 2006, por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, revistas em novembro de 2022, pela DGSS-MTSSS, tendo presente os novos enquadramentos normativos das respostas sociais.

### **INFÂNCIA E JUVENTUDE**

---

#### **Crianças e Jovens**

##### **AMA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

##### **CRECHE FAMILIAR**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 4) que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

##### **CRECHE**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

##### **ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

##### **CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

#### **Crianças e Jovens com Deficiência**

##### **INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA**

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

##### **LAR DE APOIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

### **TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

## **Crianças e Jovens em Situação de Perigo**

### **CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

### **EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS**

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida através de um serviço e que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, visando proporcionar-lhe a integração em meio familiar estável que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessários ao seu desenvolvimento integral.

### **CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA RESPOSTA A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA**

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente determinado pela necessidade de proteção imediata em situação de perigo atual ou eminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, que exija procedimentos adequados, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

### **CASA DE ACOLHIMENTO**

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento de apoio social, que visa o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher.

### **CASA DE ACOLHIMENTO COM UNIDADE DE APOIO E PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DOS JOVENS**

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em espaços habitacionais (apartamento de autonomização) destinados a preparar os jovens para a vida ativa, desde que para tal demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades, devendo ser salvaguardada a sua individualidade e privacidade por forma a que possam adquirir, progressivamente, autonomia de vida.

## **POPULAÇÃO ADULTA**

---

### **Pessoas Idosas**

#### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

#### **CENTRO DE CONVÍVIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

#### **CENTRO DE DIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

#### **CENTRO DE NOITE**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

#### **ACOLHIMENTO FAMILIAR DE PESSOAS IDOSAS**

Resposta social que consiste em integrar no domicílio de famílias consideradas idóneas, pessoas idosas, de forma temporária ou permanente, quando por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

#### **ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI)**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

### **Pessoas Adultas com Deficiência**

#### **CENTRO DE ATENDIMENTO, ACOMPANHAMENTO E REABILITAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE (CAARPD)**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à prestação de um serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social das pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.

#### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### **CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI)**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respectivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR DE PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social que consiste em integrar no domicílio de famílias consideradas idôneas, pessoas adultas com deficiência, de forma temporária ou permanente, quando por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

### **LAR RESIDENCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência ou incapacidade, que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar.

### **RESIDÊNCIA DE AUTONOMIZAÇÃO E INCLUSÃO (RAI)**

A Residência de Autonomização e Inclusão é uma resposta de alojamento residencial, temporário ou permanente, desenvolvida em apartamento, moradia ou outra tipologia de habitação similar, inserida em áreas residenciais na comunidade, destinada a pessoas com deficiência ou incapacidade, com capacidade de viver de forma autónoma, e tem por objetivo, mediante apoio individualizado, proporcionar condições para a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo.

### **TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

## **Pessoas em Situação de Dependência**

### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### **APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO (ADI)**

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

### **UNIDADE DE APOIO INTEGRADO (UAI)**

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

## Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

### **FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL**

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

### **UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA**

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

### **UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA**

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

### **UNIDADE DE VIDA APOIADA**

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

## Pessoas em situação de Sem-Abrigo

### **EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

### **ATELIER OCUPACIONAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

## FAMÍLIA E COMUNIDADE

---

### Família e Comunidade em Geral

#### **SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL**

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

#### **GRUPO DE AUTO-AJUDA**

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

#### **CENTRO COMUNITÁRIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

#### **CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

#### **REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

#### **CENTRO DE APOIO À VIDA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

#### **COMUNIDADE DE INSERÇÃO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, dirigida a grupos de indivíduos e/ou famílias que se encontram em situação de exclusão, marginalização ou vulnerabilidade social, onde se desenvolve um conjunto de ações integradas, mediante apoio técnico adequado, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades, com vista à sua autonomização e inclusão social.

#### **CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO (CAT)**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

#### **AJUDA ALIMENTAR**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

## Pessoas com VIH/Sida e suas Famílias

### **CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL (CAAP)**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas com VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### **RESIDÊNCIA PARA PESSOAS COM VIH/SIDA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas com VIH, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

## Pessoas com comportamentos aditivos

### **EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto de pessoas com comportamentos aditivos, suas famílias e comunidades afetadas pela toxicod dependência.

### **APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa proporcionar alojamento temporário a pessoas com comportamentos aditivos, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

## Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

### **ESTRUTURA DE ATENDIMENTO**

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por equipas técnicas de natureza multidisciplinar, constituída, preferencialmente, por técnicos de apoio à vítima que asseguram, de forma integrada, com carácter de continuidade, o atendimento, o apoio e o reencaminhamento personalizado de vítimas de violência, tendo em vista a sua proteção.

### **CASA DE ABRIGO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário de vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

## **GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS**

---

### **APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS**

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

### **APOIO EM REGIME AMBULATORIO**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

### **IMPrensa BRAILLE**

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

### **ESCOLA DE CÃES-GUIA**

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.





# Carta Social



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE  
E SEGURANÇA SOCIAL



Gabinete de Estratégia  
e Planeamento

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL